

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Pandemia e seus impactos

A Covid-19 trouxe uma fonte de incertezas à atividade econômica global com consequências diretas a pessoas e empresas.

As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dessas restrições dificultem a quantificação e período desses impactos, indicadores econômicos já demonstram enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, o Grupo MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações.

Seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais, a companhia estabeleceu como pilares de atuação:

a) Bem-estar dos colaboradores

I. Trabalho remoto às funções em que o modelo é aplicável;
II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno e vídeos semanais da alta direção da organização, comunicando novidades e medidas internas referentes à Covid-19;

III. Plano de retomada de forma gradativa, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários;
IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo coronavírus).

b) Atendimento ao cliente

I. Telemedicina: a companhia passou a oferecer consultas à distância como benefício em modalidade de seguro de Vida, além de Orientação Médica por Telefone - OMT;

II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação do apólice;

III. Condições especiais de renovação do seguro Auto, Residencial, Rural, Comércio e Serviços;

IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24h e suporte complementar, com suporte digital e help desk;

V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e pericia de automóveis.

c) Manter o funcionamento das operações em condições atípicas

I. Redução do tempo de pagamento às oficinas, além da realização de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;

II. Oferta dos cursos on-line gratuitos para prestadores de serviços de assistência para formação e atualização, nas áreas: Oficinas e Funiárias Sustentáveis, Planejamento Estratégico para Empreendedores, Atendimento ao Cliente, Customer Success - Como Conquistar e Manter Clientes, Gestão de Pessoas, Criatividade, Inovação.

Desde o início da pandemia, por meio da Fundação MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de kits a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e outros, à medida de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2020, foram aplicados cerca de R\$ 18 milhões ao enfrentamento da Covid-19, apoiando desde hospitais de campanha e compra de insumos hospitalares para auxílio às populações em situação de vulnerabilidade. Em 2021, uma nova ação extraordinária foi aportada, no valor de R\$ 17 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); desnutrição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos totalizaram no ano de 2021 R\$ 7.932,2 bilhões, com aumento de R\$ 1.185,8 bilhões ou 17,6% em relação ao ano de 2020. O crescimento ocorreu principalmente, em função das carteiras de agronegócios com 40,3% de crescimento e do segmento empresarial com 21,5% de crescimento respectivamente.

Sinistralidade

No ano de 2021, a sinistralidade apresentou índice de 69,1%, um aumento de 19,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento da sinistralidade foi notado nas carteiras de seguro de pessoas (impacto COVID), automóvel impactado pela valorização dos veículos de acordo com a tabela FIPE e agronegócios (impacto dos eventos climáticos ocorridos no ano).

Despesas administrativas

Em 2021, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 12,0%, aumento de 0,2p.p. em relação ao mesmo período de 2020.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R\$ 187,8 milhões, redução de R\$ 124,8 milhões ou 39,9% em relação ao ano anterior.

Resultado do exercício

No ano de 2021, o lucro líquido totalizou R\$ 133,5 milhões, redução de R\$ 90,5 milhões ou 40,4% inferior em relação ao ano anterior.

Índice combinado

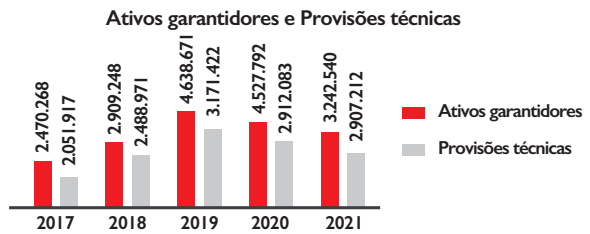
O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), em 2021 foi de 100,3%, aumento de 0,9p.p. em relação aos 99,4% do mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

O Índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no ano de 2021 foi de 97,7%, aumento de 2,8p.p. em relação ao mesmo período ano anterior.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2021, e alterações, a MAPFRE Seguros Gerais declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 803,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta

a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título. A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas e que é informado às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os testes referem-se: ao acompanhamento de normas regulamentares, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso da disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante		7.965.092	6.710.056
Disponível	5	20.145	58.898
Caixa e bancos		20.145	58.898
Equivalente de caixa	5	40.073	31.573
Aplicações	6	545.802	802.827
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.664.190	2.329.850
Prêmios a receber	7	2.398.504	2.200.755
Operações com seguradoras		23.477	5.993
Operações com resseguradoras	8a	242.209	123.102
Outros créditos operacionais	9	56.984	68.690
Ativos de resseguro - provisões técnicas		3.508.946	2.481.236
Títulos e créditos a receber		392.451	337.770
Títulos e créditos a receber	10a	222.512	168.773
Créditos tributários e previdenciários	29b	144.754	145.072
Outros créditos		25.185	23.925
Outros valores e bens		127.036	107.166
Bens à venda	11b	50.921	35.409
Outros valores	11c	76.115	71.757
Despesas antecipadas		25.824	11.892
Custos de aquisição diferidos		583.631	480.154
Seguros		583.631	480.154
Ativo não circulante		6.714.891	6.059.487
Realizável a longo prazo		6.122.199	5.635.150
Aplicações	6	2.651.468	3.541.304
Créditos das operações com seguros e resseguros		99.638	41.469
Prêmios a receber	7	99.638	41.469
Ativos de resseguro - provisões técnicas		8a	1.124.610
Títulos e créditos a receber		1.858.589	1.718.942
Créditos tributários e previdenciários	30b	1.053.667	916.844
Depósitos judiciais e fiscais	27a	804.922	802.098
Outros valores e bens		11a	170.189
Custos de aquisição diferidos		12	217.705
Seguros		217.705	154.753
Investimentos		1.042	1.042
Participações societárias		996	996
Outros investimentos		46	46
Imobilizado		13	64.686
Imóveis de uso próprio		16.396	20.421
Bens móveis		19.263	15.098
Outras imobilizações		29.027	19.594
Intangível		14	526.964
Total do ativo		14.679.973	12.769.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante		8.891.716	7.674.247
Contas a pagar		509.278	622.987
Obrigações a pagar	15	314.872	441.872
Impostos e encargos sociais a recolher	16	190.257	133.831
Encargos trabalhistas		35.678	34.377
Impostos e contribuições	17	8.471	12.907
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.110.900	1.193.024
Outros débitos operacionais		10.522	7.048
Operações com seguradoras	18	16.674	82.990
Operações com resseguradoras	8b	695.350	781.096
Corretores de seguros e resseguros	19	321.198	226.102
Outros débitos operacionais	20	67.156	95.788
Depósitos de terceiros		21	193.279
Danos	22	7.012.215	5.587.874
Provisões técnicas - seguros		6.766.469	5.343.839
Pessoas		227.752	233.864
Vida		17.994	4.171
Outros débitos		25	66.044
Débitos diversos		66.044	-
Passivo não circulante		3.362.933	2.351.580
Provisões técnicas - seguros		22	2.441.649
Danos		2.121.452	1.314.676
Pessoas		267.802	206.597
Vida		51.395	15.250
Outros débitos		27	921.284
Provisões judiciais		787.454	815.057
Débitos diversos	25	133.830	815.057
Patrimônio líquido		28	2.425.324
Capital social		2.408.177	2.408.177
Reservas de capital		542	542
Reservas de reavaliação		397	397
Reservas de lucro		180.500	243.922
Ajustes de avaliação patrimonial		(163.842)	90.678
Total do passivo e patrimônio líquido		14.679.973	12.769.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

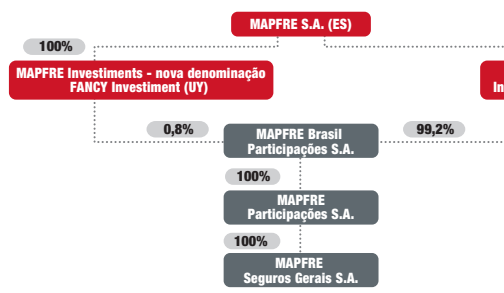
	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
		Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.408.177	497	45	397	67.064	6.063	29.811	2.512.054
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	60.867	60.867
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	223.993	223.993
Reserva legal	-	-	-	11.200	-	-	(11.200)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	159.595	(159.595)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(53.198)	(53.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.408.177	497	45	397	78.264	165.658	90.678	2.743.716
Adoção inicial - CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	(9.086)	(9.086)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(254.520)	(254.520)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 31 de agosto de 2021	-	-	-	-	-	-	(156.572)	(156.572)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	133.491	133.491
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	(6.675)	(6.675)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(31.705)	(31.705)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	95.111	(95.111)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.408.177	497	45	397	84.939	95.111	(163.842)	2.425.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e coseguros nos ramos de vida e elementares, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP. CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2021, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015 (revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Circular nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021), as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir de julgamentos, estimativas e premissas realizadas pela administração as quais afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas as quais são continuamente revistas. Com relação às estimativas contábeis estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. As notas explicativas listadas abaixo incluem: 1. Informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores não circulantes nas demonstrações financeiras; 2. Informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3 - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3f, 3k, 22 e 26 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 10b - Ressarcimento a receber - estimados; e • Notas 3b e 7 - Prêmios a Receber (redução ao valor recuperável); • Notas 3l e 27 - Provisões judiciais; e • Notas 3p e 30 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulante, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, com também novos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

da vida útil do ativo subjacente que é determinada na mesma base que a do imóvel. Além disso, "o ativo de direito de uso" é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas reavaliações do passivo de arrendamento. O passivo "arrendamento", por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos esperados até o fim do contrato, considerados possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental de financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo "arrendamentos" é mensurado pelo custo amortizado, no uso do método dos juros efetivos. É reavaliado "quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice de taxa, se houver alteração de custos de reparo ou se espera sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação sobre o exercício de uma opção de compra, extensão ou rescisão do contrato ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é reavaliado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado de se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo registrado contabilmente pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, por dedução da depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando são associados a melhorias que aumentam o valor futuro e possíveis benefícios econômicos dos reparos ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. **e) Intangíveis:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e os canais de distribuição (canal *affinity*). As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 14 e o contrato de exploração de canal *affinity*, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos no referido canal. **f) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos de seguro quando estes transferem o "risco significativo de seguro", definido quando possível benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **g) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão. São apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base "pro *ratatim*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **h) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco anteriormente assumido. Na operação a Seguradora mitiga suas responsabilidades na aceitação de certo risco eventualmente considerado excessivo e cede a um ressegurador parte ou a toda a responsabilidade e do prêmio correspondente recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato de seguro em que a seguradora cede a terceiros a responsabilidade de pagar aos riscos junto a terceiros o que contribui para a segurança do mercado. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados no resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo apropriadas no resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados no resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo apropriadas ao resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e, caso a caso, nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem salários a receber de resseguradores, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas contidas nos contratos de transferência de riscos. Os valores a receber de resseguradores são calculados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b ii. Os valores a receber e a pagar junto aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **i) Custos de aquisição diferidos:** São compostos substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro *ratatim*" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 23 meses. **j) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "pro *rate-die*" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos de Vida e Acidentes - RVNA é calculada pelo método "pro *rate-die*" tomando-se como base a construção de triângulos de 48 trimestres. O objetivo é estimar os valores finais totais esperados de pagamentos de sinistros para determinado período. A combinação do método de desenvolvimento de sinistros pagos e/ou incorridos é utilizada na apuração do IBNP - *Incurred But Not Paid*. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, ou seja contempla as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. O percentual de despesas é definido através do valor das despesas e das indenizações agrupadas por ramos baseados nos agrupamentos do IBNP, após definido o percentual aplica-se ao cálculo de IBNP. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, o que envolve a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data do sinistro, para definição da metodologia aplicada. O cálculo é baseado no método de desenvolvimento de sinistros pagos e/ou incorridos para apurar os valores referentes aos sinistros ocorridos em um dado período e como se desenvolverão em relação aqueles observados em períodos de ocorrência anteriores. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015, de 15 de julho de 2015, e subsequentes alterações e Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e subsequentes alterações. A fechamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrência, as despesas administrativas relacionadas aos sinistros e as despesas administrativas relacionadas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a "estrutura a termo da taxa de juros" (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR, IBNR e PET. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluídas as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data base do teste foi comparado com a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade a ocorrência foi considerada a série histórica da série histórica de sinistros ocorridos, compreendidos entre o último mês até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 57,6% para a Seguradora. O resultado do teste de adequação não originou a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data base. **l) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Seguradora e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudence dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **m) Benefícios aos empregados:** **i) Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa na medida em que o serviço é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao longo da medida que são incorridos. **ii) Obrigações com aposentadorias:** A Seguradora mantém um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A. e Brasilpre Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios pós-emprego:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, despesas com ações e contratos de seguros e outras despesas operacionais. **o) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluídas as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável até 30 de junho de 2021, e de 20% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido e em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas aliquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido está é mensurado pela aplicação das aliquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Em relação ao aumento temporário de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 15% para 20% no período de julho a dezembro de 2021, o efeito sobre o crédito tributário diferido de junho de 2021 foi imaterial, de acordo com o estudo de realização de expectativas do crédito tributário, feito pela Seguradora. Ativos e passivos diferidos são apresentados caso haja um direito legal de cobrar passivos, ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **q) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com uma participação de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** **• Risco operacional;** e **• Gestão de capital.** A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas da companhia, sendo a responsabilidade compartilhada entre a Administração e as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO MAPFRE Brasil incluindo empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

2021 (Em milhares de Reais)

de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporcional o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Seguradora. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: **• Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente. **• Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independentes e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de

Região geográfica	2021				2020							
	Auto	%	Danos	%	Pessoas	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	130.747	2%	47.022	1%	145.503	2%	81.016	1%	47.819	1%	452.107	7%
Nordeste	245.548	3%	37.431	0%	49.034	1%	23.335	0%	20.913	0%	376.261	4%
Norte	55.752	1%	24.542	0%	12.420	0%	14.259	0%	29.125	0%	136.098	1%
Sudeste	2.104.875	27%	1.414.912	18%	341.563	4%	139.581	2%	1.413.507	17%	5.414.438	68%
Sul	452.297	6%	332.234	4%	124.001	2%	49.813	6%	143.895	2%	1.552.240	20%
Total	2.989.219	39%	1.856.141	23%	672.521	9%	758.004	9%	1.655.259	20%	7.931.145	100%

Região geográfica	2021				2020							
	Auto	%	Danos	%	Pessoas	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	130.747	2%	37.348	1%	145.488	3%	64.169	1%	18.399	0%	396.691	7%
Nordeste	245.548	4%	26.046	0%	49.012	1%	22.727	0%	12.427	0%	355.760	5%
Norte	55.752	1%	11.236	0%	12.413	0%	14.259	0%	27.496	1%	121.156	2%
Sudeste	2.104.875	38%	41.277	2%	339.206	6%	91.132	2%	573.792	10%	3.549.281	64%
Sul	452.297	8%	144.237	3%	123.316	2%	368.976	7%	106.746	2%	1.195.572	22%
Total	2.989.219	53%	693.144	12%	669.435	12%	561.263	10%	739.400	13%	5.652.461	100%

Região geográfica	2020				2020							
	Auto	%	Danos	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	90.167	1%	36.213	1%	122.249	2%	52.976	1%	35.595	1%	337.200	6%
Nordeste	173.408	3%	30.748	0%	91.890	2%	20.663	0%	19.196	0%	335.905	4%
Norte	28.091	0%	16.483	0%	9.379	0%	14.017	0%	23.044	0%	91.014	0%
Sudeste	2.103.650	32%	1.338.583	20%	326.478	5%	88.311	1%	1.044.423	15%	4.901.445	73%
Sul	355.757	5%	285.136	4%	58.610	1%	366.887	5%	114.127	2%	1.880.537	17%
Total	2.751.093	41%	1.707.163	25%	608.606	9%	542.854	7%	1.236.385	18%	5.646.171	100%

Região geográfica	2020				2020							
	Auto	%	Danos	%	Vida	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	90.167	2%	32.155	1%	122.248	2%	40.455	1%	14.183	0%	299.208	6%
Nordeste	173.408	3%	21.456	0%	91.890	2%	20.027	0%	13.499	0%	320.280	5%
Norte	28.091	1%	10.367	0%	9.378	0%	13.739	0%	20.807	0%	82.382	1%
Sudeste	2.103.650	43%	362.268	8%	324.669	7%	44.167	1%	482.212	10%	3.316.966	69%
Sul	355.757	7%	169.815	3%	58.610	1%	290.697	6%	82.939	2%	957.838	19%
Total	2.751.093	56%	596.061	12%	606.795	12%	409.085	8%	613.640	12%	4.973.674	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R\$ (1.025) (R\$ 99.740 em 31 de dezembro de 2020).
(**) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ (5.455) (R\$ 36.224 em 31 de dezembro de 2020).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise: as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Sinistralidade:** simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da Seguradora, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. **b) Despesas administrativas:** simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da carteira, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Impacto patrimônio líquido/no resultado (bruto de impostos)	2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
a. Sinistralidade	Aumento de 10% (507.969)	(270.261)
b. Despesas administrativas	Aumento de 10% (88.143)	(88.143)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o pagamento das exposições para efeito de cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares, e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **• Perdas decorrentes de inadimplência,** por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; **• Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título;** e **• Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A., foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Rating	2021				2020			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
AA	-	20.789	3.075	22.865	9.978	18.736	1.150	29.864
AA-	22.552	29.023	-	51.575	22.853	14.080	54	36.987
A+	-	5.653	-	5.653	-	-	-	-
A+	628.833	328.368	11.420	968.621	218.441	176.739	69.748	464.928
A	13.147	889.876	35.353	938.376	11.636	601.006	20.164	632.806
A-	271.250	-	8.736	279.986	693.132	-	536	693.668
Aa3	-	-	-	-	-	-	8.408	8.408
BRAAA	8.716	-	-	8.716	748	-	-	748
BRAA	19	-	-	19	-	-	-	-
Total	944.517	1.273.709	60.458	2.278.684	956.788	810.561	102.078	1.869.427

(*) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ (5.455) (R\$ 36.224 em 31 de dezembro de 2020). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros incluem o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Au Best, Fitch*

☆ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

As seguradoras deverão implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) que considerem, como mínimo, o foco nos seguintes riscos: • Subscrição; • Crédito; • Mercado; • Liquidez; • Operacional; e • PCN. No caso da MAPFRE, conforme admitido por esta Resolução, foram considerados também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: • Cibernético; • Conformidade; • Estratégico; • Legal; • TI; e • ASG. Para a implementação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, foi criado em 2021 um Grupo de Trabalho Interno, com representantes de diferentes áreas onde é avaliado o impacto da normativa e estabelecidos planos de ação para a sua total implementação. Até a presente data, o cronograma está sendo seguido e atividades como Constituição do Comitê de Riscos, Políticas de Controles Internos, Política e Plano de Conformidade já foram definidas. Adicionalmente, implementaremos a Resolução considerando o SCI/EGR unificados incluindo a MAPFRE RE, considerando que está última faz parte do mesmo grupo Prudencial da MAPFRE. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora. A Seguradora tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015, de 15 de julho de 2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco - CR. A partir de dezembro de 2021 passa a vigorar a Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, em que é estabelecido a Qualidade do PLA para efeito de cobertura do CMR. A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido (a)	2.425.324
Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext. (996)	
Despesas antecipadas (25.824)	
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social (646.364)	
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (217.954)	
Ativos intangíveis (526.964)	
Obras de arte (34)	
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (4.181)	

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento			Ativos			Total
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor justo	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	118.792	87.491	67.611	956	274.850	274.849	274.850	1
Fundos de investimentos	118.792	87.491	67.611	956	274.850	274.849	274.850	1
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	48.448	87.352	11.949	147.749	147.740	147.749	9
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	2	2	2	2	-
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	-	-	-	-	-	-
Títulos da dívida agrária - TDA	2	651	139	-	790	798	790	(8)
Quotas de fundos de investimentos	2	-	-	-	1.304	1.304	1.304	-
Operações compromissadas (*)	2	69.693	-	55.660	125.353	125.353	125.353	-
Caixa/contas a pagar/receber (348)	2	-	-	-	348	348	348	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	84.115	2.034.880	-	2.118.995	2.392.065	2.118.995	(273.070)
Carteira administrada	-	-	84.115	2.034.880	-	2.118.995	2.392.065	2.118.995
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	2	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	-	-	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	-	-	-	-
Ativos mantidos até o vencimento	270.952	129.086	403.387	-	803.425	803.425	849.495	46.070
Fundos de investimentos	270.952	129.086	403.387	-	803.425	803.425	849.495	46.070
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	270.952	-	403.387	674.339	674.339	722.092	47.753
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	129.086	129.086	127.403	(1.683)
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	-	-	-	-	-
Total	389.744	300.692	2.505.878	956	3.197.270	3.470.339	3.243.340	(226.999)

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** Os valores justos das aplicações em fundos de investimento é obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2021		2020	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	100% CDI	100% CDI
Debêntures	-	-	CDI + 1,5 a.a.	CDI + 1,5 a.a.
Debêntures	-	-	111,5%	111,5%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	102% CDI	102% CDI
Títulos da dívida agrária - TDA	10,03%	8,62%	10,03%	8,62%
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	9,27%	6,99%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,62%	3,36%	7,62%	4,83%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	-	-	4,84%	4,84%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	11,16%	6,17%	12,90%	6,17%
Operações compromissadas - LTN - O(*)	9,11%	9,11%	1,88%	1,88%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	2021	2020
Valor justo por meio do resultado	575.161	2.948.820
Disponíveis para venda	2.867.281	97.275
Mantidos até o vencimento	901.689	(160.865)
Total	4.344.131	3.045.895

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando a minimizar a exposição a risco de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	(937)	93.700	(93.593)	-	Acima de 360 dias

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

	2021		2020	
	Prêmios recuperável ao receber	Prêmios líquidos a receber	Prêmios recuperável ao receber	Prêmios líquidos a receber
Ramos agrupados	1.205.551	(34.756)	1.170.795	1.013.706
Automóvel	486.360	(9.633)	476.727	556.648
Patrimonial	207.431	(5.792)	201.639	174.475
Rural	213.111	(5.706)	207.405	202.230
Aeronáuticos	28.248	(2.001)	26.247	44.913
Microseguros	54.750	(936)	53.814	50.673
Pessoas coletivas	54.318	(5.236)	49.077	51.677
Riscos especiais	34.718	(34.718)	30.207	30.207
Marítimos	49.462	(1.510)	47.952	66.510
Responsabilidades	40.100	(1.925)	38.175	32.014
Habitacional	995	(90)	905	1.601
Demais ramos	205.858	(15.170)	190.688	110.353
Total	2.580.897	(82.755)	2.498.142	2.335.007

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3b ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2021	2020
Saldo inicial	2.242.224	2.124.137
(+) Prêmios emitidos	9.219.898	9.032.342
(-) IOF	461.268	436.097
(+) Adicional de fracionamento	2.418	2.591
(-) Prêmios cancelados	(1.072.024)	(1.891.315)
(-) Recbimentos	(8.365.670)	(7.454.386)
(-) Redução/(Aumento) ao valor recuperável	10.028	(7.242)
Saldo final	2.498.142	2.242.224

c) Composição por prazo de vencimento

	2021	2020
A vencer até 30 dias	860.629	869.481
A vencer de 31 a 60 dias	304.891	401.365
A vencer de 61 a 120 dias	478.066	397.918
A vencer de 121 a 180 dias	297.334	210.990
A vencer de 181 a 365 dias	312.691	190.144
A vencer acima de 365 dias	99.638	41.469
Total a vencer	2.353.249	2.111.367
Vencidos até 30 dias	85.860	86.210
Vencidos de 31 a 60 dias	43.175	23.808
Vencidos de 61 a 120 dias	10.219	12.284
Vencidos de 121 a 180 dias	2.525	2.525
Vencidos de 181 a 365 dias	1.982	4.184
Vencidos acima de 365 dias	1.331	1.846
Total vencidos	144.893	130.857
Total	2.498.142	2.242.224

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 33 dias. O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 282 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

	2021	2020
Ativo	2021	2020
Recuperação de sinistros	260.642	166.161
Redução ao valor recuperável - RVR	(18.433)	(43.059)
Total	242.209	123.102
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	3.291.379	1.474.118
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	145.705	139.250
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	153.068	152.861
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVR	973.185	819.326
Provisão de despesas relacionadas - PDR	70.219	74.363
Total	4.633.556	2.659.918

b) Passivo

	2021	2020
Prêmios cedidos	748.333	828.418
Comissões a recuperar	(72.851)	(66.476)
Salvados e ressarcimentos	19.868	19.154
Total	695.350	781.096

(1.422.317)

1. Ajustes contábeis (b)
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento

2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)
PLA - Nível II
PLA - Nível III
Subtotal PLA - Nível (d)
Limitador CMR - PLA Nível I
Limitador CMR - PLA Nível II
Limitador CMR - PLA Nível III
Subtotal PLA - Limitador (e)

3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f)
4. PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. econ. + Ajust. do Exc. de Nível 2 e 3 (e + a+b+c+d)

5. Capital mínimo requerido
Capital base (CB)
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)
Capital de risco de subscrição
Capital de risco de crédito
Capital de risco operacional
Capital de risco de mercado
Correlação entre os riscos
Capital mínimo requerido (g)
Suficiência de capital (H = e - f)
Suficiência de capital (g / f)
Índice de solvência (I = e / f)

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2021	2020
Caixa e bancos	20.145	58.898
Equivalente de caixa	40.073	31.573
Total de caixa e equivalente de caixa	60.218	90.471

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e valores justos. Os ativos financeiros classificados a valores justos são contabilizados no ativo circulante e estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos:

Grupo de ramos	2021			2020		
	Prêmio emitido líquido (**) (nota 29b)	Resseguro cedido (**) (nota 29g)	Retenção	Prêmio emitido líquido (**) (nota 29b)	Resseguro cedido (**) (nota 29g)	Retenção
Automóvel	2.989.239	905	99,97%	2.751.093	-	100,00%
Patrimonial	1.856.142	1.162.997	37,34%	1.707.163	1.111.102	34,92%
Pessoas	672.522	3.087	99,54%	608.806	1.811	99,70%
Rural	758.004	196.741	74,04%	542.854	133.769	75,36%
Marítimos/Aeronáuticos	762.455	656.680	13,87%	545.770	469.009	14,06%
Transportes	275.927	28.213	89,78%	208.149	23.011	88,94%
Demais	616.856	230.061	62,70%	482.466	130.725	72,69%
Total	7.931.145	2.278.684	71,27%	6.846.101	1.869.427	72,69%

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 1.025 (R\$ 99.740 em 31 de dezembro de 2020). (**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (5.455) (R\$ 36.224 em 31 de dezembro de 2020).

9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS
Outros créditos operacionais são compostos, basicamente, por solicitações de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária para a devida baixa da provisão de sinistros a liquidar de R\$ 33.183 (R\$ 48.895 em 31 de dezembro de 2020) e outros créditos de agentes e correspondentes de R\$ 23.395 (R\$ 19.408 em 31 de dezembro de 2020).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Títulos e créditos a receber - composição

	2021	2020
Ressarcimento a receber - estimados (nota n°10b)	50.078	50.670
Ressarcimento a receber	30.448	29.534
Títulos a receber capitalização (nota n°32)	13.027	13.214
Compartilhamento de despesas (nota n°32)	18.764	26.256
Canal affinity	140.162	77.958
Outros créditos a receber	3.572	3.808
Redução ao valor recuperável(*)	(33.539)	(32.667)
Total	222.512	168.773

(*) Refere-se que 100% do saldo de ressarcimento a receber está provisionado.

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

22. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2021					2020								
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBAC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a liquidar - PMBAC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Provisões técnicas - seguros														
Saldo inicial	3.443.873	-	2.671.262	440.054	424.258	138.950	7.118.397	3.443.873	-	2.671.262	440.054	424.258	138.950	7.118.397
Constituições	7.932.163	-	7	278.710	297.737	60.305	8.599.288	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(7.341.404)	-	-	-	-	-	(7.341.404)	-	-	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	-	3.069.908	-	-	132.764	3.202.672	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	(3.878.303)	-	-	(202.505)	(4.080.808)	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	2.339.313	-	-	71.696	2.411.009	-	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	29.515	-	268.338	-	-	5.146	302.999	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	(13.944)	(336.354)	(340.176)	(67.811)	(758.289)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	4.064.147	-	4.486.940	382.410	381.819	138.545	9.453.864	4.064.147	-	4.486.940	382.410	381.819	138.545	9.453.864
Provisões técnicas - resseguros														
Saldo inicial	3.656.487	3.065.087	389.433	412.978	85.403	252	7.609.640	3.656.487	3.065.087	389.433	412.978	85.403	252	7.609.640
Constituições	6.746.361	60.592	291.646	173.207	123.897	-	7.395.703	6.746.361	60.592	291.646	173.207	123.897	-	7.395.703
Diferimento pelo risco decorrido	(6.955.097)	-	-	-	-	-	(6.955.097)	(6.955.097)	-	-	-	-	-	(6.955.097)
Aviso de sinistros	-	2.594.423	-	-	-	-	2.594.423	-	2.594.423	-	-	-	-	2.594.423
Pagamentos	-	(4.063.079)	-	-	-	-	(4.063.079)	-	(4.063.079)	-	-	-	-	(4.063.079)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	879.605	-	-	-	-	879.605	-	879.605	-	-	-	-	879.605
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(3.878)	184.467	-	-	1.172	-	181.752	(3.878)	184.467	-	1.172	-	-	181.752
Reversões	-	(29.833)	(241.025)	(161.927)	(73.284)	(3)	(506.072)	-	(29.833)	(241.025)	(161.927)	(73.284)	(3)	(506.072)
Saldo final	3.443.873	2.971.262	440.054	424.258	138.950	-	7.118.397	3.443.873	2.971.262	440.054	424.258	138.950	-	7.118.397
Provisões técnicas - resseguros														
Saldo inicial	819.326	1.474.118	152.861	139.250	134.308	74.363	2.659.918	819.326	1.474.118	152.861	139.250	134.308	74.363	2.659.918
Constituições	2.248.367	-	211.486	-	367.019	-	2.826.872	2.248.367	-	211.486	-	367.019	-	2.826.872
Diferimento pelo risco decorrido	(2.123.316)	-	-	-	-	-	(2.123.316)	(2.123.316)	-	-	-	-	-	(2.123.316)
Aviso/Ajuste de sinistros	-	2.400.442	-	-	-	60.540	2.460.982	-	2.400.442	-	-	60.540	2.460.982	2.460.982
Sinistros pagos a recuperar	-	(757.100)	-	-	-	(64.989)	(822.089)	-	(757.100)	-	-	(64.989)	(822.089)	(822.089)
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	28.808	173.919	-	-	-	305	203.032	28.808	173.919	-	-	305	203.032	203.032
Reversões	-	-	(211.279)	(360.564)	(145.705)	(571.843)	(1.348.391)	-	-	(211.279)	(360.564)	(145.705)	(571.843)	(1,348.391)
Saldo final	973.185	3.291.379	153.068	145.705	139.250	70.219	4.633.556	973.185	3.291.379	153.068	145.705	139.250	70.219	4.633.556
Provisões técnicas - resseguros														
Saldo inicial	606.823	1.860.946	142.332	134.308	134.308	44.331	2.788.740	606.823	1.860.946	142.332	134.308	134.308	44.331	2.788.740
Constituições	1.892.489	-	961.317	-	380.276	-	3.234.082	1.892.489	-	961.317	-	380.276	-	3.234.082
Diferimento pelo risco decorrido	(1.676.166)	-	-	-	-	-	(1.676.166)	(1.676.166)	-	-	-	-	-	(1,676.166)
Aviso/Ajuste de sinistros	-	731.784	-	-	-	84.866	816.650	-	731.784	-	-	84.866	816.650	816.650
Sinistros pagos a recuperar	-	(1.259.508)	-	-	-	(43.519)	(1,303.027)	-	(1.259.508)	-	-	(43.519)	(1,303.027)	(1,303.027)
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(3.820)	140.896	-	-	-	(11.315)	125.761	(3.820)	140.896	-	-	(11,315)	125.761	125.761
Reversões	-	-	(950.788)	(375.334)	-	(1,326.122)	(1,326.122)	-	-	(950.788)	(375.334)	-	(1,326.122)	(1,326.122)
Saldo final	819.326	1.474.118	152.861	139.250	139.250	74.363	2.659.918	819.326	1.474.118	152.861	139.250	139.250	74.363	2.659.918

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 1.665.049 (R\$ 892.824 em 31 de dezembro de 2020).
 (**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.030.772 (R\$ 135.511 em 31 de dezembro de 2020).

23. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e deduzido o cosseguro cedido.

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	25.481.124	3.448.106	3.558.853	3.432.632	3.202.940	4.053.783	4.053.783
Um ano após o aviso	25.617.707	3.832.860	3.893.664	3.634.003	3.734.969	-	3.734.969
Dois anos após o aviso	25.809.417	3.914.412	3.989.719	3.660.643	-	-	3.660.643
Três anos após o aviso	26.007.236	3.998.509	4.082.240	-	-	-	4.082.240
Quatro anos após o aviso	26.227.322	4.595.652	-	-	-	-	4.595.652
Cinco anos ou mais após o aviso	26.499.904	-	-	-	-	-	26.499.904
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2021	26.499.904	4.595.652	4.082.240	3.660.643	3.734.969	4.053.783	46.627.191
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	25.565.392	3.553.857	3.741.977	3.451.246	3.049.205	2.642.269	42.003.946
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	934.512	1.041.795	340.263	209.397	685.764	1.411.514	4.623.245
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2021 (*)	-	-	-	-	-	-	764.229
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	2.240
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	-	-	-	-	-	-	5.389.714
Montante de sinistros pagos							
No ano do aviso	18.583.456	2.317.821	2.493.959	2.305.780	2.306.807	2.642.269	2.642.269
Um ano após o aviso	23.687.027	3.028.623	3.292.468	3.295.215	3.049.205	-	3.049.205
Dois anos após o aviso	24.494.865	3.394.075	3.657.202	3.451.246	-	-	3.451.246
Três anos após o aviso	24.979.267	3.512.785	3.741.977	-	-	-	3.741.977
Quatro anos após o aviso	25.325.226	3.553.857	-	-	-	-	3.553.857
Cinco anos ou mais após o aviso	25.565.392	-	-	-	-	-	25.565.392
Pagamentos efetuados até 31.12.2021	25.565.392	3.553.857	3.741.977	3.451.246	3.049.205	2.642.269	42.003.946
Líquido de resseguros							
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	20.901.401	2.616.215	2.856.172	2.735.196	2.629.068	3.059.242	3.059.242
Um ano após o aviso	20.638.816	2.720.461	2.638.678	2.795.100	2.649.676	-	2.649.676
Dois anos após o aviso	20.742.013	2.752.372	2.678.306	2.784.877	-	-	2.784.877
Três anos após o aviso	20.711.735	2.764.840	2.656.499	-	-	-	2.656.499
Quatro anos após o aviso	20.813.635	2.758.536	-	-	-	-	2.758.536
Cinco anos ou mais após o aviso	20.834.344	-	-	-	-	-	20.834.344
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2021	20.834.344	2.758.536	2.656.499	2.784.877	2.649.676	3.059.242	34.743.174

26. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

	2021		2020	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Provável	2.491	586.109	1.075.927	250.026
Possível	6.801	2.504.931	919.298	1.402.454
Remota	728	122.047	3.527	12.569
Total	10.020	3.213.087	1.665.049	1.635.049

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2021		2020	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
De 1992 a 2000	17	549	-	-
De 2001 a 2005	33	31.659	24.707	394
De 2006 a 2010	203	29.378	15.269	788
De 2011 a 2015	525	103.540	84.333	379.756
De 2016 a 2021	9.242	1.499.923	947.462	6.693
Total	10.020	1.665.049	1.030.772	12.309

O prazo médio para pagamentos dos sinistros judiciais é de 52 meses.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2021	2020
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontram provisionadas	248.119	219.604
Montante provisionado de ações judiciais pagas no período corrente, e que se encontram provisionadas	285.086	283.288
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	57.193	26.704
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas	42.895	8.653

27. PROVISÕES JUDICIAIS

Natureza	2021		2020	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Fiscais	699.042	704.867	778.591	756.346
PIS/COFINS (Receitas financeiras)	630.878	619		

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Vida S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A pandemia e seus impactos

A Covid-19 trouxe uma fonte de incertezas à atividade econômica global com consequências diretas a pessoas e empresas. As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dessas restrições dificultem a quantificação e período desses impactos, indicadores econômicos já demonstram enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, o Grupo MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações.

Seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais, a companhia estabeleceu como pilares de atuação:

a) Bem-estar dos colaboradores

Trabalho remoto às funções em que o modelo é aplicável;
II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno e vídeos semanais da alta direção da organização, comunicando novidades e medidas internas referentes à Covid-19;
III. Plano de retomada de forma gradativa, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários;
IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo coronavírus).

b) Atendimento ao cliente

I. Telemedicina: a companhia passou a oferecer consultas a distância como benefício em modalidade de seguro de Vida, além de Orientação Médica por Telefone - OMT;
II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pelo Covid-19 nas apólices de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;
III. Condições especiais de renovação do seguro Auto, Residencial, Rural, Comércio e Serviços;
IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor" passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24h e suporte complementar, como proteção digital e help desk;
V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e perícia de automóveis.

c) Manter o funcionamento das operações em condições atípicas

I. Redução do tempo de pagamento às oficinas, além da realização de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;
II. Oferta de cursos on-line gratuitos para prestadores de serviços de assistência para formação e atualização, nas áreas: Oficinas e Funerárias Sustentáveis, Planejamento Estratégico para Empreendedores, Atendimento ao Cliente, Customer Success - Como Conquistar e Manter Clientes, Gestão de Pessoas, Criatividade, Inovação.

Desde o início da pandemia, por meio da Fundação MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de euros a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, à medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2020, foram aplicados cerca de R\$ 18 milhões ao enfrentamento da Covid-19, apoiando desde hospitais de campanha e compra de insumos hospitalares para auxílio às populações em situação de vulnerabilidade. Em 2021, uma nova ajuda extraordinária foi aportada, no valor de R\$ 19 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); destruição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Seguradora totalizaram R\$ 807,6 milhões em 2021, com redução de R\$ 14,2 milhões, o que representa (1,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à parada intensa nas principais atividades econômicas em circunstâncias do confinamento massivo pela COVID.

Sinistralidade

A taxa de sinistralidade da Seguradora em 2021 foi de 92,6% um aumento de 28,4% em relação ao mesmo período do ano anterior por causa da elevação das indenizações relacionadas à Covid-19.

Despesas administrativas

No ano de 2021, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 12,0%, que apresentou uma redução de 1,5% em relação a 2020. Já em valores absolutos as despesas administrativas totalizaram R\$ 96,6 milhões, uma redução de R\$ 13,8 milhões comparado com o mesmo período do ano anterior que foi de R\$ 110,5 milhões.

Resultado financeiro

O Resultado Financeiro totalizou R\$ 33,5 milhões em 2021, redução de R\$ 17,7 milhões ou decréscimo de 34,6%, em relação ao mesmo período do ano de 2020.

Resultado do exercício

O resultado do exercício totalizou um prejuízo de (R\$ 91,7) milhões no ano de 2021, registrando uma redução de R\$ 122,0 milhões, ou (403,1%) em relação ao mesmo período do ano de 2020, resultado este diretamente relacionado ao impacto da COVID-19.

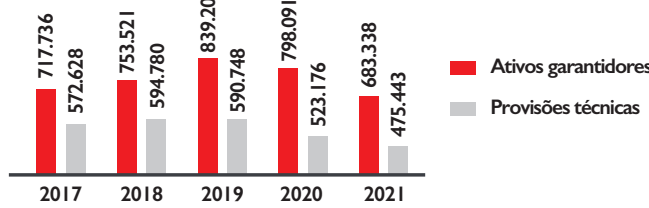
Índice Combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no ano de 2021 foi de 123,0%, aumento de 23,0% em relação aos 100,0% do ano de 2020. Esta variação decorre do aumento de 28,4% do índice de sinistralidade relacionado às indenizações pagas da COVID-19.
O índice combinado ampliado em 2021, que inclui o resultado financeiro, foi de 118,9%, aumento de 25,1% em relação aos 93,8% ao mesmo período do ano de 2020.

Liquidez

A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado a seguir:

Ativos garantidores e Provisões técnicas



Controles internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, prevenção à lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processos.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 03 de março de 1998 e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

Reafirmamos o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecidas têm sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		431.534	434.239	Circulante		285.163	409.681
Disponível	5	218	315	Contas a pagar	14	13.588	27.626
Caixa e bancos		218	315	Obrigações a pagar		10.086	24.447
Equivalente de caixa	5	7.323	4.672	Impostos e encargos sociais a recolher		190.672	244.357
Aplicações	6	272.717	230.268	Oncargos trabalhistas		1.261	1.222
Créditos das operações com seguros e resseguros		118.011	158.150	Impostos e contribuições	15	944	656
Prêmios a receber	7	91.566	132.299	Débitos de operações com seguros e resseguros		49.445	49.966
Operações com seguradoras	8a	22.856	24.082	Prêmios a restituir		21	105
Operações com resseguradoras	9a	3.589	1.769	Operações com seguradoras	8b	19.489	17.255
Outros créditos operacionais		3.137	2.707	Operações com resseguradoras	9b	3.680	3.066
Ativos de resseguro e provisões técnicas		9a	1.638	Corretores de seguros e resseguros	16	23.163	20.654
Títulos e créditos a receber		18.555	24.637	Outros débitos operacionais	17	3.092	8.886
Títulos e créditos a receber		2.015	746	Depósitos de terceiros	18	9.308	52.913
Créditos tributários e previdenciários	26b	15.886	22.743	Provisões técnicas - seguros	19	212.822	279.176
Outros créditos		654	1.148	Danos		65	66
Outros valores e bens		51	223	Pessoas		190.672	244.357
Outros valores		51	223	Vida Individual		22.085	34.753
Despesas antecipadas		1.453	1.221	Passivo não circulante		280.149	265.710
Custos de aquisição diferidos		10	8.431	Provisões técnicas - seguros		259.878	248.306
Seguros		8.431	9.417	Pessoas		256.120	243.873
Ativo não circulante		696.804	767.479	Vida Individual		3.758	4.433
Realizável a longo prazo		665.618	744.528	Outros débitos	23	20.271	17.404
Aplicações	6	410.622	567.843	Provisões judiciais		20.271	17.404
Créditos das operações com seguros e resseguros		7	353	Patrimônio líquido	24	563.026	526.327
Prêmios a receber	7	353	783	Capital social		505.166	415.166
Ativos de resseguro e provisões técnicas		9a	1.833	Aumento de capital (em aprovação)		90.000	-
Títulos e créditos a receber		249.743	167.914	Reservas de lucros		-	90.861
Créditos tributários e previdenciários	26b	245.759	149.606	Ajustes de avaliação patrimonial		(31.273)	20.300
Depósitos judiciais e fiscais	23a	3.984	18.308	Prejuízo acumulado		(867)	-
Custos de aquisição diferidos		10	3.067				
Seguros		3.067	6.311				
Investimentos		3.700	3.777				
Participações societárias		377	377				
Imóveis destinados à renda	11	3.323	3.400				
Imobilizado		12	57				
Bens móveis		57	119				
Intangível		13	27.429				
Outros intangíveis		27.429	19.065				
Total do ativo		1.128.338	1.201.718	Total do passivo e patrimônio líquido		1.128.338	1.201.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	415.166	-	-	19.738	48.046	8.599	491.549
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	11.701	11.701
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	30.265	30.265
Reserva legal	-	-	1.513	-	-	(1.513)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	21.564	-	(21.564)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.188)	(7.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	415.166	-	21.251	69.610	20.300	20.300	526.327
Aumento de capital	90.000	-	-	-	-	-	90.000
Aumento de capital (em aprovação processo nº 15414.650051/2021-25)	-	90.000	-	-	-	-	90.000
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(51.573)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(91.728)	(91.728)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	(21.251)	(69.610)	-	90.861	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	505.166	90.000	-	-	-	(31.273)	563.026

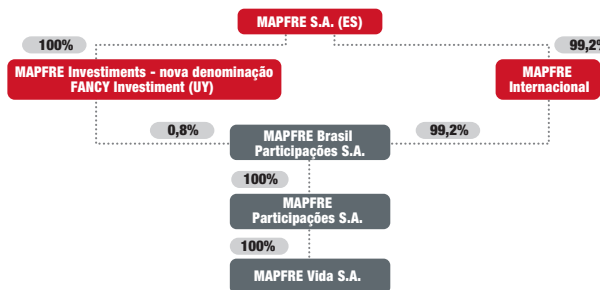
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e coseguros nos ramos de pessoas e vida, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 31 de dezembro de 2021, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015 (revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Circular 648/2021, de 12 de novembro de 2021), as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração, na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com o objetivo de avaliar os impactos de eventos ocorridos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: I. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; II. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3j, 3k, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Notas 3l e 23 - Provisões judiciais; • Notas 3p e 28 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou no passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou no passivo não circulantes. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, com também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17)** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os

fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não puderam ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e instrumentos financeiros: A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Caixa e equivalente de caixa* incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *v. Determinação do valor justo* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. *vi. Emprestimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequentemente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/2015, 30 de julho de 2020 e "alterações", sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, coseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e Despesa de Comercialização Diferida - D

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

envolvendo a construção de triângulos de 60 meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a visão do sinistro. Dado o cenário de pandemia COVID-19, foi alterado em junho de 2021 o critério de agrupamento dos triângulos *run-off* de sinistros, de trimestral para mensal, para absorver as informações dos sinistros avisados mais rapidamente, devido ao aumento na sinistralidade. Essa alteração não gerou impacto material no valor da provisão de IBNR, em decorrência do prazo médio entre ocorrência e aviso de sinistro. **k) Teste de passivos - VaR Passivo:** O teste de passivos avalia o risco de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015, de 15 de julho de 2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcováveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro considerando o impacto do teste de passivos. **l) Teste de ativos contingentes:** O teste de ativos contingentes avalia o risco de provisão de um evento passado, ou se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma possível obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **m) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios pós-emprego:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e as despesas com apólices e contratos de seguros. **o) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável até 30 de junho de 2021, e de 20% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. O tributo corrente compreende as obrigações a pagar sobre a base de lucro do exercício, calculadas com base nos lucros antes da dedução de deduções fiscais e de outras despesas. O tributo diferido corresponde ao imposto na data de apresentação das demonstrações financeiras e o saldo do eventual ajuste imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O tributo diferido corresponde às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, base tributária negativa e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Em relação ao aumento temporário de alíquota da contribuição social de 15% para 20% no período de julho a dezembro de 2021, o efeito sobre o crédito tributário diferido de junho de 2021 foi inaterial, de acordo com o estudo de realização de expectativas do crédito tributário. Os ativos e passivos tributários diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos tributários correntes, que se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **q) Participação nos lucros e resultados:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de demonstrações financeiras ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar o valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, desde a administração até as unidades de negócios e as divisões de produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil incluindo empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às áreas responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no Grupo MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *“Value at Risk - VaR”*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações e análises de resultados, testes de controle e de auditoria, tendo como finalidade a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em conformidade com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, a luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do Grupo MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculada ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada e eficaz. A Auditoria Interna realiza, periodicamente, análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e, consequentemente, sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a ocorrência de sinistros é prevista para um período longo, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são avaliadas com base na concentração das operações em ativos geográficos. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro	
	Valor	%	Valor	%
Centro-Oeste	329.590	41%	329.590	41%
Nordeste	12.460	2%	12.203	2%
Norte	4.576	1%	4.576	1%
Sudeste	395.499	48%	382.448	48%
Sul	67.695	8%	67.569	8%
Total	809.820	100%	796.386	100%

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro	
	Valor	%	Valor	%
Centro-Oeste	334.872	41%	334.872	41%
Nordeste	13.346	2%	13.346	2%
Norte	5.981	1%	5.981	1%
Sudeste	412.443	49%	402.169	49%
Sul	58.189	7%	58.205	7%
Total	824.831	100%	814.573	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ (2.175) (R\$ (2.954) em 31 de dezembro de 2020). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. A relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem as operações de seguros, foram consideradas na análise; os impactos são considerados brutos e líquidos de resseguro. Como fatores de risco elegíveis – as variáveis abaixo: **a) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da empresa, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da companhia. **b) Despesas Administrativas:** Simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da empresa, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da companhia. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Impacto no resultado/Patrimônio líquido (bruto de impostos)	2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	(74.689)	(73.441)
	9.664	(9.664)

Fator de risco a. Sinistralidade: Aumento de 10% (74.689) (73.441) **b. Despesas administrativas:** Aumento de 10% (9.664) (9.664) **Risco de crédito:** É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites determinados exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admitida MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. **Prêmio cedido aos resseguradores:**

Rating	2021			2020		
	Local	Admitida	Eventual	Local	Admitida	Eventual
A+	6.673	–	1.359	8.032	4.783	–
A	–	5.222	–	5.222	–	4.587
A-	180	–	–	180	287	–
Total	6.853	5.222	1.359	13.434	5.270	4.587

O gerenciamento de risco de crédito por seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores estão sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações comprometidas com lastro em título público federal sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro). A agência avaliadora de riscos é a *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - Rating	2021			
	AAA	AA-	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	655.585	–	–	655.585
Debêntures	–	5.028	–	5.028
DPGE	–	–	22.770	22.770
Caixa/contas a pagar/receber	–	–	–	(44)
Total	660.613	22.770	(44)	683.339

Ativos financeiros - Rating	2020			
	AAA	AA-	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	789.596	–	–	789.596
Debêntures	–	3.529	–	8.481
Caixa/contas a pagar/receber	–	–	34	34
Total	794.548	3.529	34	798.111

(*) Inclui operações comprometidas no montante de R\$ 60.235 (R\$ 41.603 em 31 de dezembro de 2020) com lastro em títulos públicos. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e, também, para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também, às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece limites de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 634/2021, de 14 de julho de 2021, estabelece novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Seguradora desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela MAPFRE está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutas de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela Seguradora nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data-base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator de risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Este teste com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total
≥ 100%	Zona Verde
< 100% - 90%	Zona Amarela
< 90% - 30%	Zona Vermelha
< 30%	Zona Vermelha

Provisão a cobrar (a)	469.229
Ativos garantidores (b)	683.326
Fator de risco de liquidez (c)	8,00%
Risco de liquidez (d)=(a)/(c)	37.538
Verde	3.75
Amarelo	22.523
Vermelho	11.261
Provisão a cobrar + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	506.767
Índice de liquidez (d)/(e)	1,35
Suficiência (e)-(b)	176.559

Classificação do nível de liquidez **Cumprimento total**
 Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas levando-se em consideração as características do papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado através de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto. Não obstante, a Seguradora apresenta aparente liquidez negativa na distribuição das faixas dos ativos e do passivo, como estratégia, mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

Fluxo de ativos (*)	2021	
	Valor	%
Fluxo de 1 a 5 anos	159.275	274.492
Fluxo acima de 5 anos	179.324	245.146
Total	422.550	103.575

Total 761.148 623.214
 (*) O fluxo de ativos considera o disponível, equivalentes de caixa, aplicações, créditos das operações de seguros e resseguros, títulos e créditos a receber, outros créditos e ativos de resseguro e provisões técnicas. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, aquelas classificadas nas categorias disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Seguradora. (**) O fluxo de passivos considera as contas a pagar, débitos com operações com seguros e resseguros e provisões técnicas. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política de Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado a carteira da Seguradora, utilizando-se de VaR paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2021	
	VaR	Patrimônio
Carteira MAPFRE Vida	2.773	735.178

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos os quais mantêm participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2.60 anos (3,37 em 31 de dezembro de 2020) frente a um patrimônio de R\$ 735.178 (R\$ 764.278 em 31 de dezembro de 2021) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, são revisadas, anualmente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os títulos indexados ao fator de risco taxa de juros em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 683.339 (R\$ 736.111 em 31 de dezembro de 2020), incluindo operações comprometidas. Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado.

Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	2021	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	(12.523)	
	13.166	

Fator de risco
 Taxa de juros e cupons
 a) Elevação de taxas (12.523)
 b) Redução de taxas 13.166
 Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do Risco Operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na automatização de riscos operacionais e controles inerentes de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. De acordo com a Seguradora dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro mecanismo de avaliação se reflete a avaliação de *Compliance* realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos). A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da Seguradora que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de conformidade com a Auditoria Interna é realizado pelo Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Com a publicação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, as seguradoras deverão implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considerem, como mínimo, o foco nos seguintes riscos: • Subscrição; • Crédito; • Mercado; • Liquidez; • Operacional; e • PCN No caso da MAPFRE, conforme admitido por esta Resolução, consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: • Cibernético; • Conformidade; • Estratégico; • Legal; • TI; e • ASG. Para a implementação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, foi criado em 2021 um Grupo de Trabalho interno, com representantes de diferentes áreas onde avaliamos o impacto da normativa e estabelecemos planos de ação para a sua total implementação. Até a presente data, o cronograma está sendo seguido e atividades como Constituição do Comitê de Riscos, Políticas de Controles Internos, Política e Plano de Conformidade já foram definidos. Adicionalmente, implementaremos a Resolução considerando o SCI/EGR unificados incluindo a Mapfre RE, considerando que

☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

e) Movimentação das aplicações:

	2020	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2021
Valor justo por meio do resultado	226.420	1.105.751	(1.095.729)	-	8.477	244.919
Disponíveis para venda	571.691	27.648	(114.481)	(85.954)	39.516	438.420
Total	798.111	1.133.399	(1.210.210)	(85.954)	47.993	683.339
	2019					
(representado) Aplicações	712.616	751.028	(1.249.533)	-	12.309	226.420
Disponíveis para venda	126.606	428.944	(26.819)	19.501	23.459	571.691
Total	839.222	1.179.972	(1.276.352)	19.501	35.768	798.111

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento:

	2021		2020	
Ramos	Prêmios a receber	Redução recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Redução recuperável (*) líquido
Vida em grupo	72.246	(6.785)	65.461	(11.288)
Pessoas individual	24.797	(1.204)	23.593	(2.379)
Acidentes pessoais coletivo e individual	3.886	(1.133)	2.753	7.960
Demais ramos	515	(403)	112	(1.540)
Total	101.444	(9.525)	91.919	150.736

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3b.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2021	2020
Saldo inicial	133.082	141.788
(+) Prêmios emitidos	1.063.545	1.083.818
(+) IOF	3.775	3.946
(-) Prêmios cancelados	(39.556)	(41.854)
(-) Recebimentos	(1.077.056)	(1.050.711)
(-/+ Reversão/(Constituição) da redução ao valor recuperável	8.129	(3.905)
Saldo final	91.919	133.082

c) Composição de prêmios a receber por prazo:

	2021	2020
A vencer até 30 dias	74.846	115.546
A vencer de 31 a 60 dias	8.327	8.424
A vencer de 61 a 120 dias	2.392	2.381
A vencer de 121 a 180 dias	1.736	1.713
A vencer de 181 a 365 dias	2.295	2.274
A vencer acima de 365 dias	353	783
Total a vencer	89.949	131.121
Vencidos até 30 dias	1.217	1.610
Vencidos de 31 a 60 dias	413	100
Vencidos de 61 a 120 dias	122	84
Vencidos de 121 a 180 dias	34	31
Vencidos de 181 a 365 dias	101	45
Vencidos acima de 365 dias	93	91
Total vencidos	1.970	1.961
Total	91.919	133.082

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 16 dias.

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

a) Ativo:

	2021	2020
Sinistro a recuperar de cosseguo cedido	21.885	26.889
Prêmios a receber de cosseguo aceito	-	765
Outros	1.179	1.881
Redução ao valor recuperável	(208)	(5.453)
Total	22.856	24.082

b) Passivo:

	2021	2020
Prêmios cedidos	19.489	17.255
Total	19.489	17.255

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGUO

a) Ativo:

	2021	2020
Recuperação de sinistros	3.589	1.774
Redução ao valor recuperável - RVR	-	(5)
Total	3.589	1.769

	2021	2020
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	2.113	3.241
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	90	62
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	1.174	952
Provisão de despesas relacionadas - PDR	94	51
Total	3.471	4.306

b) Passivo:

	2021	2020
Prêmios cedidos em resseguo	3.680	3.513
Comissões a recuperar	-	(447)
Total	3.680	3.066

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos:

Grupo de ramos	2021		
	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Resseguo cedido (nota 25g)	Retenção
Pessoas	809.820	13.434	98%

Grupo de ramos	2021		
	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Resseguo cedido (nota 25g)	Retenção
Pessoas	824.831	10.258	99%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE montante de R\$ (2.175) (R\$ (2.954) em 31 de dezembro de 2020).

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2021					
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET
Saldo inicial	47.034	319.047	142.491	8.785	8.521	1.604
Constituições	807.651	-	118.092	12.776	11.503	5.030
Diferimento pelo risco decorrido	(811.611)	-	-	-	-	(811.611)
Aviso de sinistros	-	936.636	-	-	1.117	-
Pagamentos de sinistros	-	(792.233)	-	-	(4.253)	(3.921)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(179.669)	-	-	2.543	-
Atualizações monetárias	-	10.051	-	-	-	10.051
Reversões	-	-	(144.627)	(13.358)	(10.509)	(168.494)
Saldo final	43.074	293.832	115.956	8.203	8.922	2.713

	2020					
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET
Saldo inicial	51.334	357.668	113.249	59.471	7.420	5.134
Constituições	1.041.964	-	80.210	2.240	5.768	4.283
Diferimento pelo risco decorrido	(1.046.264)	-	-	-	-	(1.046.264)
Aviso de sinistros	-	683.670	-	-	1.813	-
Pagamentos de sinistros	-	(568.285)	-	-	(4.783)	(7.813)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(153.763)	-	-	2.921	-
Atualizações monetárias	-	(239)	-	-	7	-
Reversões	-	(4)	(50.968)	(52.926)	(4.625)	(108.523)
Saldo final	47.034	319.047	142.491	8.785	8.521	1.604

	2021					
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET
Saldo inicial	-	3.241	952	189	51	4.306
Constituições	12.776	-	1.855	62	-	14.820
Diferimento pelo risco decorrido	(12.776)	-	-	-	-	(12.776)
Aviso/Ajuste de sinistros	-	12.181	-	-	47	12.228
Sinistros pagos a recuperar	-	(13.309)	-	-	(4)	(13.313)
Reversões	-	-	(1.633)	(161)	(1.794)	94
Saldo final	-	2.113	1.174	90	94	3.471

	2020					
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET
Saldo inicial	9.524	2.039	1.376	251	-	11.151
Constituições	(9.524)	-	-	-	-	(9.524)
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	(9.524)
Aviso/Ajuste de sinistros	-	10.327	-	-	-	(19)
Sinistros pagos a recuperar	-	(9.125)	-	-	-	(9.125)
Reversões	-	-	(1.376)	(656)	-	(2.032)
Saldo final	-	3.241	952	62	51	4.306

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 225.245 (R\$ 217.795 em 31 de dezembro de 2020). (**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguo no montante de R\$ 1.548 (R\$ 1.589 em 31 de dezembro de 2020). (***) Houve complementos na Provisão de IBNR, decorrentes das avaliações efetuadas no cenário de Covid-19. Tais avaliações foram baseadas em estudos do comportamento da carteira e estão alinhados à metodologia descrita na nota 3j. Os efeitos desses complementos foram normalizados no primeiro semestre de 2021.

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguo aceito, deduzido do cosseguo e resseguo cedido.

Bruto de resseguo	Ano do aviso do sinistro						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Montante estimado para os sinistros	4.256.863	391.802	451.421	512.707	578.114	783.483	783.483
No ano do aviso	4.256.863	391.802	451.421	512.707	578.114	783.483	783.483
Um ano após o aviso	4.279.344	387.651	441.791	508.008	567.907	-	567.907
Dois anos após o aviso	4.291.762	387.096	444.651	510.617	-	-	510.617
Três anos após o aviso	4.266.284	389.871	443.597	-	-	-	443.597
Quatro anos após o aviso	4.288.123	388.284	-	-	-	-	388.284
Cinco anos ou mais após o aviso	4.250.401	-	-	-	-	-	4.250.401
Estimativa de sinistros incorridos em 31/12/2021	4.250.401	388.284	443.597	510.617	567.907	783.483	6.944.289
Pagamentos efetuados até 31/12/2021	4.172.264	365.200	420.839	462.811	517.211	703.296	6.641.621
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	78.137	23.084	22.758	47.806	50.696	80.187	302.668
Provisão agregada de sinistros em 31/12/2021 (*)	-	-	-	-	-	-	124.159
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	86
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	-	-	-	-	-	-	426.913
Montante de sinistros pagos	4.256.863	391.802	451.421	512.707	578.114	783.483	703.296
No ano do aviso	4.256.863	391.802	451.421	512.707	578.114	783.483	703.296
Um ano após o aviso	4.279.344	387.651	441.791	508.008	567.907	-	517.211
Dois anos após o aviso	4.023.654	355.582	416.681	462.811	-	-	462.811
Três anos após o aviso	4.084.688	359.701	420.839	-	-	-	420.839
Quatro anos após o aviso	4.146.655	365.200	-	-	-	-	365.200
Cinco anos ou mais após o aviso	4.172.264	-	-	-	-	-	4.172.264
Pagamentos efetuados até 31/12/2021	4.172.264	365.200	420.839	462.811	517.211	703.296	6.641.621

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

	2021	2020
Ramos	10.137	13.898
Vida em grupo	1.306	1.829
Acidentes pessoais coletivos	56	1
Pessoas individual	11.499	15.728
Total	8.431	9.417
Circulante	3.067	6.311
Não circulante	2021	2020
Saldo inicial	15.728	9.219
Constituições	86.257	97.267
Reversões	(90.486)	(90.758)
Saldo final	11.499	15.728

11. IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA

	Taxa anual de depreciação	2020	Depreciação	2021
Imóvel São Carlos do Pinhal	2%	3.142	(66)	3.076
Imóvel Frei Gaspar	2%	258	(11)	247
Total		3.400	(77)	3.323

	Taxa anual de depreciação	2019	Depreciação	2020
Imóvel São Carlos do Pinhal	2%	3.208	(66)	3.142
Imóvel Frei Gaspar	2			

☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
h) Despesas administrativas	(96.636)	(110.480)
Pessoal próprio	(52.307)	(57.201)
Serviços de terceiros	(24.802)	(31.786)
Localização e funcionamento	(9.538)	(14.295)
Publicidade e propaganda	(900)	(2.697)
Outras despesas administrativas	(9.089)	(4.501)
i) Despesas com tributos	(8.372)	(21.309)
COFINS	(3.677)	(10.219)
COFINS - Crédito tributário	(2.058)	(6.799)
PIS	(605)	(1.665)
PIS - Crédito tributário	(334)	(1.105)
Taxa de fiscalização	(1.340)	(1.275)
Outras despesas com tributos	(358)	(246)
j) Resultado financeiro	33.503	51.252
Receitas financeiras	52.501	57.088
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	8.477	12.309
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	39.516	23.459
Rendimento com equivalente de caixa	99	24
Oscilação cambial	13	530
Atualização monetária dos créditos tributários	101	3.988
Atualização monetária dos depósitos judiciais	591	12.080
Outras receitas financeiras	3.704	4.698
Despesas financeiras	(18.998)	(5.836)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(10.051)	(2.711)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(2.890)	(2.628)
Taxa de administração	(4.138)	(609)
Despesas financeiras de juros	(1.919)	(2.328)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	(153.292)	(153.292)
Imposto de renda e contribuição social		
às alíquotas vigentes	38.347	22.994
Diferenças temporárias	4.976	2.986
Diferenças permanentes	(81)	(48)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	3.887
Deduções incentivadas	-	547
Imposto de renda e contribuição social correntes	43.242	25.932
Constituição de crédito tributário	(4.976)	(2.986)
Ajuste de exercícios anteriores	(79)	-
Ajuste relativos ao exercício corrente	273	158
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social	38.460	23.104
Alíquota efetiva (%)	25%	15%

b) Créditos tributários e previdenciários:

	2020	Constituições	Reversões	2021
Ativo	22.743	4.539	(11.396)	15.886
Tributos a compensar	10.228	1.825	(6.427)	5.626
PIS/COFINS	10.678	2.013	(4.969)	7.722
Tributos retidos na fonte	1.837	701	-	2.538
Total circulante	22.743	4.539	(11.396)	15.886
Ativo e passivo não circulante				
Diferenças temporárias:				
Atualização Monetária - Depósito judicial	(394)	(22)	-	(416)
Provisão para riscos de crédito	10.355	7.258	(14.253)	3.360
Provisão para participação nos lucros	464	254	(464)	254
Contingências cíveis	5.368	595	(627)	5.336
Contingências trabalhistas	1.594	1.334	(156)	2.772
Outras provisões	16.113	192	(2.073)	14.232
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(13.534)	20.849	13.534	20.849
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	118.644	69.170	-	187.814
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	10.996	1.246	(684)	11.558
Total ativo e passivo não circulante	149.606	100.876	(4.723)	245.759

	2019	Constituições	Reversões	2020
Ativo	27.924	9.475	(14.656)	22.743
Tributos a compensar	8.745	8.761	(7.278)	10.228
PIS/COFINS	17.404	-	(6.726)	10.678
Tributos retidos na fonte	1.775	714	(652)	1.837
Total circulante	27.924	9.475	(14.656)	22.743
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	(372)	-	(22)	(394)
Provisão para riscos de crédito	6.685	39.942	(36.272)	10.355
Provisão para participação nos lucros	436	526	(498)	464
Contingências cíveis	8.507	354	(3.493)	5.368
Contingências trabalhistas	1.391	618	(415)	1.594
Outras provisões	16.328	-	(215)	16.113
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(5.734)	-	(7.800)	(13.534)
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	124.852	8	(6.216)	118.644
PIS/COFINS	12.174	1.686	(2.864)	10.996
Total não circulante	164.267	43.134	(57.795)	149.606

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, estimativa de rentabilidade futura e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

Ano	%
2022	6,13%
2023	5,87%
2024	6,28%
2025	10,45%
2026	10,44%
Anos subsequentes	60,83%
Total	100,00%

27. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições totalizaram R\$ 128 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2020).

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

Empresa	2021	2020
	Pas-Ativo	Des-pesa Ativo
Banco do Brasil S.A. (7)	-	15
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Brasileg Companhia de Seguros S.A. (5)	3	1.516
Clube Previdida de Seguridade (5)	3.579	35.653
Fundação MAPFRE IRB Brasil	-	5
Resseguros S.A. (4)	-	296
MAC Investimentos S.A. (1)/(5)	289	(253)
MAPFRE Assistência Ltda. (1)/(2)/(5)	3	26
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)/(5)	5	142
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)	304	108

Empresa	2021	2020
	Pas-Ativo	Des-pesa Ativo
MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (1)/(5)	615	3.903
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)/(5)	2	29
MAPFRE Participações S.A. (5)/(13)	718	134
MAPFRE Previdência S.A. (1)	-	-
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. (4)	87	75
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	3.391	2.011
MAPFRE Saúde Ltda. (1)/(5)/(12)	3.301	953
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(5)	14	12
MAPFRE TECH	348	3.779
Prevsau de Produtos e de Benef. de Farmácia Ltda. (10)	-	-
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)	-	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)	-	24
Vida Segura Clube de Seguros (5)	48	106
Viva Vida Clube de Seguros (5)	-	8
Demais empresas (5)/(10)/(11)	-	257
Total	7.665	11.924

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. (2) Refere-se a serviços com serviços de assistência 24h. (3) Refere-se a compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. (4) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas. (5) Refere-se as atividades operacionais da Seguradora. (6) Seguro de vida dos Administradores e Colaboradores. (7) Saldos de contas correntes. (8) Despesa com taxa de administração de investimentos. (9) Refere-se a manutenção de sistemas. (10) Refere-se a despesa com sistema de administração de apólice. (11) Refere-se a fornecedores de energia elétrica da matriz e suas sedes e fornecimento de vale refeição e alimentação. (12) Refere-se a convênio odontológico, porém o convênio de plano médico está em *run-off*. (13) Refere-se à distribuição de dividendos. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração e benefícios dos Administradores. Os montantes são pagos por outra Companhia do GRUPO MAPFRE. A Seguradora não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015, de 15 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora.

DIRETORIA	DENIA DE MOURA FRANCISCO ENGENHO LABOURT	ORLANDO ELIEZER IBARRA CAMPO RAPHAEL DE LUCA JÚNIOR	SIMONE PEREIRA NEGRÃO ROBERTO JUNIOR DE ANTONI
-----------	--	---	--

CONTADORA	TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333930/O-0	ATUÁRIA	VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817
-----------	--------------------------------------	---------	---------------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Vida S.A.
São Paulo - SP
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para Opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de seguros (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do Teste de adequação de passivos
 Veja as Notas nº 3(p), 3(k), 19 e 22 das demonstrações financeiras.
Principal assunto de auditoria
 A Seguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021: provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE). Para calcular o teste de adequação de passivos e mensurar as referidas provisões técnicas de seguro, a Seguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos o cálculo do teste de adequação de passivos e a avaliação da mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros citadas como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.
Como auditoria endereçou esse assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguro de PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE; (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas de seguro de IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Seguradora; - na conferência da exatidão matemática das provisões técnicas de seguro de PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem; - no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas das provisões de seguro de IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; e - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados. (iii) testes de precisão e integridade das base de dados de seguro de prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base

em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas de seguro, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.
Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social
 Veja as Notas nº 3(p) e 26(b) das demonstrações financeiras.
Principal assunto de auditoria
 A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros. Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico, a Seguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuros.
Como auditoria endereçou esse assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários. (ii) envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas, com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram na avaliação das premissas econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários. (iii) conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
 A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6
Érika Carvalho Ramos
 Contadora CRC 1SP224130/O-0

Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE Vida S.A.	São Paulo - SP	CNPJ: 54.484.753/0001-49	Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes Demonstrativo dos valores sujeitos à auditoria atuarial
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.			
Responsabilidade da Administração A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Seguradora, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Seguradora auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de			
			2021
			43.074
			302.035
			115.956
			8.922
			2.713

MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A pandemia e seus impactos

A Covid-19 trouxe uma fonte de incertezas à atividade econômica global com consequências diretas a pessoas e empresas. As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem seus rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dessas restrições dificultem a quantificação e período desses impactos, indicadores econômicos já demonstram enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito. Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações. Como resposta, o Grupo MAPFRE estabeleceu como pilares de atuação, o qual a Companhia está inserida:

a) Bem-estar dos colaboradores

- Trabalho remoto às funções em que o modelo é aplicável;
- Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno e vídeos semanais da alta direção da organização, comunicando novidades e medidas internas referentes à Covid-19;
- Plano de retomada de forma gradativa, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários;
- Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por videochamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo coronavírus);

b) Atendimento ao cliente

- Telemedicina: a MAPFRE passou a oferecer consultas à distância como benefício em modalidade de seguro de Vida, além de Orientação Médica por Telefone - OMT;
- Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pelo Covid-19 nas apólices de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;
- Condições especiais de renovação do seguro Auto, Residencial, Rural, Comércio e Serviços;
- Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24h e suporte complementar, como proteção digital e help desk;
- Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e pericia de automóveis.

c) Manter o funcionamento das operações em condições atípicas

I. Redução do tempo de pagamento às oficinas, além da realização de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus; II. Oferta dos cursos *on-line* gratuitos para prestadores de serviços de assistência para formação e atualização, nas áreas: Oficinas e Funilários Sustentáveis, Planejamento Estratégico para Empreendedores, Atendimento ao Cliente, *Customer Success* - Como Conquistar e Manter Clientes, Gestão de Pessoas, Criatividade, Inovação. Desde o início da pandemia, por meio da *Função* MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de euros a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, à medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2020, foram aplicados cerca de R\$ 18 milhões ao enfrentamento da Covid-19, apoiando desde hospitais de campanha e compra de insumos hospitalares para auxílio às populações em situação de vulnerabilidade. Em 2021, uma nova ajuda extraordinária foi aportada, no valor de R\$ 19 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); destruição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 2,4 milhões em 2021, um incremento de R\$ 2,2 milhões em relação ao ano de 2020, impactado principalmente pelo aumento da taxa SELIC ao longo do segundo semestre de 2021, refletindo positivamente nos títulos pós-fixados indexados à taxa SELIC e na alocação em títulos pré-fixados com *duration* de 3 anos e taxas de aproximadamente 10%.

Resultado do exercício

Encerramos o ano de 2021 com lucro de R\$ 3,6 milhões, contra um prejuízo líquido de (R\$ 1,1) milhão em 2020, justificado pela melhora no resultado operacional de R\$ 7,6 milhões em relação ao ano anterior. **Receitas líquidas de títulos de capitalização** As receitas líquidas com títulos de capitalização totalizaram R\$ 41,4 milhões em 2021, apresentando um crescimento de 57% em relação a 2020 ou aumento de R\$ 15,0 milhões.

Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas e com tributos totalizaram no ano de 2021, R\$ 11,5 milhões, representando um aumento de 9,2% em relação a 2020 ou aumento de R\$ 1,0 milhão.

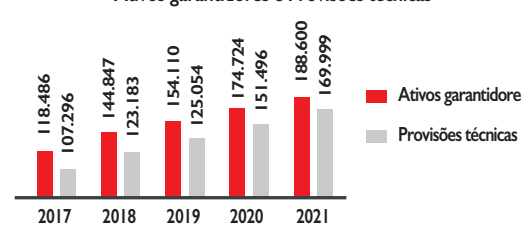
Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 de 30 de julho de 2015, e alterações, a MAPFRE Capitalização declara estar, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 4,03 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. Tem apresentado nos últimos cinco anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo (em milhares de reais):

Ativos garantidores e Provisões técnicas



Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, o que é informado às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estabelecido para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além do do monitoramento em relação a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a uma Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Receita líquida com títulos de capitalização		41.381	26.412
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	14a	208.716	168.293
(+/-) Variação da provisão para resgate	14b	(167.335)	(141.881)
(+) Variação das provisões técnicas	14c	58	(455)
(-) Resultado com sorteio	14d	(22.720)	(11.317)
(-) Custo de aquisição	14e	(5.338)	(6.523)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		1.928	844
(+) Outras receitas operacionais		1.949	844
(-) Outras despesas operacionais		(21)	(-)
(-) Despesas administrativas	14f	(10.200)	(9.440)
(-) Despesas com tributos	14g	(1.312)	(1.103)
(+) Resultado financeiro	14h	2.402	190
(=) Resultado operacional		6.199	(1.392)
(-) Perdas com ativos não correntes		-	(5)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		6.199	(1.397)
(-) Imposto de renda	15a	(1.405)	397
(-) Contribuição social	15a	(1.026)	242
(-) Participações sobre o resultado		(204)	(302)
(=) Lucro líquido (prejuízo) do exercício		3.564	(1.060)
(f) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(g) Lucro líquido por ação		0,30	(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.564	(1.060)
Outros resultados abrangentes	(4.252)	127
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(7.087)	213
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	2.835	(86)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(688)	(933)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) do exercício	3.564	(1.060)
Ajustes para:	198.938	159.941
Depreciações e amortizações	176	50
Variação das provisões técnicas - capitalização	198.762	159.886
Perdas com ativos não correntes	-	5
Variação nas contas patrimoniais:	(200.436)	(159.241)
Aplicações financeiras	(19.056)	(21.527)
Créditos das operações de capitalização	346	738
Créditos tributários e previdenciários	(2.114)	(1.896)
Tributos diferidos	(339)	(559)
Despesas antecipadas	(82)	1
Depósitos judiciais e fiscais	39	(3)
Outros ativos	(75)	1.886
Obrigações a pagar	(85)	(5.503)
Impostos e contribuições	2.077	297
Débito de operações com capitalização	(158)	1.328
Depósitos de terceiros	(751)	(1.435)
Provisões técnicas - capitalização	(180.259)	(133.444)
Provisões judiciais	209	118
Outros passivos	(186)	758
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	2.066	(360)
Imposto de renda pago sobre o lucro	(926)	(134)
Contribuição social pago sobre o lucro	(694)	(99)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	446	(593)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(459)	(605)
Imobilizado	-	(129)
Intangível	(459)	(476)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(459)	(605)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(13)	(1.198)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	31	1.229
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	18	31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a esta finalidade. Os aportes mensais são calculados, considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios pós-emprego:* Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. *iv. Operações de capitalização:* A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. *v. Custo de aquisição:* É composto dos valores referentes a valores referentes às comissões e angariações relativos à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação ao resultado na data de emissão (início de vigência) e renovação dos títulos. *vi. Receitas e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem à atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment), reconhecidas nos ativos financeiros não reconhecidos no resultado. *vii. Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável até 30 de junho de 2021, e de 20% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido ativo corresponde às diferenças temporárias, reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Em relação ao aumento temporário de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 15% para 20% no período de julho a dezembro de 2021, o efeito sobre o crédito tributário diferido de dezembro de 2021 foi imaterial, de acordo com o estudo de realização de expectativas do crédito tributário, feito pela companhia. O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o tributo diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este tributo diferido ativo possa ser utilizado e o recursos estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes se relacionados com o imposto de renda e a contribuição social lançadas pela mesma autoridade tributária para a mesma entidade sujeita à tributação. *viii. Participações nos lucros:* A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido alguma mudança significativa na política de remuneração. O valor é atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustado posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio a medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil incluindo empresas do conglomerado como a

continua

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		90.235	147.243	Circulante		175.607	156.980
Disponível	3	5	-	Contas a pagar		3.023	1.990
Caixa e bancos	3	5	-	Obrigações a pagar	7	1.680	918
Equivalente de caixa	15	26	-	Impostos e encargos sociais a recolher		584	724
Aplicações	5	85.825	142.817	Encargos trabalhistas		188	234
Outros créditos operacionais		72	-	Impostos e contribuições	8	571	114
Créditos das operações de capitalização		387	733	Débitos de operações com capitalização		2.221	2.379
Créditos das operações de capitalização	6	387	733	Depósitos de terceiros	9	364	1.115
Títulos e créditos a receber		3.846	3.647	Provisões técnicas - capitalização		10	169.999
Títulos e créditos a receber		103	73	Provisão para resgates		149.878	134.898
Créditos tributários e previdenciários	15b	3.696	3.510	Provisão para sorteio		19.224	15.659
Outros créditos		47	64	Provisão complementar de sorteios		420	393
Outros valores e bens		-	10	Provisão para distribuição de bônus		69	62
Outros valores		-	10	Provisão administrativa		408	484
Despesas antecipadas		87	5	Passivo não circulante		396	526
Ativo não circulante		104.634	30.664	Contas a pagar		-	339
Realizável a longo prazo		103.746	30.059	Tributos diferidos	15b	-	339
Aplicações	5	101.818	30.020	Outros débitos		396	187
Títulos e créditos a receber		1.928	39	Provisões judiciais	12a	396	187
Créditos tributários	15b	1.928	-	Patrimônio líquido		13	18.866
Depósitos judiciais e fiscais	12a	-	39	Capital social		12.000	12.000
Imobilizado		90	129	Reservas de lucros		9.434	6.717
Intangível		798	476	Ajustes de avaliação patrimonial		(2.568)	1.684
Total do ativo		194.869	177.907	Total do passivo e patrimônio líquido		194.869	177.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	12.000	1.876	5.901	1.557	-	21.334
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	127	-	127
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.060)	(1.060)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	(1.060)	-	1.060	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.000	1.876	4.841	1.684	-	20.401
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(4.252)	-	(4.252)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.564	3.564
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	178	-	-	(178)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(847)	(847)
Reserva de investimento	-	-	2.539	-		

☆ continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

DIRETIVA RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para evitar os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no Grupo MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativo e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativo da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk* - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações das perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente. • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regulamentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Para os títulos de capitalização as premissas são baseadas nas experiências atuariais da carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: • Risco de sorteio, que implica na possibilidade da Companhia pagar prémios de títulos sorteados em séries não integralizadas. • Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade "popular" onde a Companhia não opera. • Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não. • Risco de garantir a rentabilidade pré definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Administração entende que, no que se refere as operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento único. **Gerenciamento ao risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro).

	2021	2020				
Ativos financeiros - <i>rating</i>	AAA	Sem <i>rating</i>	Total	AAA	Sem <i>rating</i>	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	187.657	187.657	172.811	172.811	-	172.811
Caixa/contas a pagar/receber	-	(14)	(14)	26	26	26
Total	187.657	(14)	187.643	172.811	26	172.837

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 11.207 (R\$ 10.175 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com o respectivo passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 634/2021 estabeleceu novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela MAPFRE está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

	2021	2020				
Ativos financeiros - <i>rating</i>	AAA	Sem <i>rating</i>	Total	AAA	Sem <i>rating</i>	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	187.657	187.657	172.811	172.811	-	172.811
Caixa/contas a pagar/receber	-	(14)	(14)	26	26	26
Total	187.657	(14)	187.643	172.811	26	172.837

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 11.207 (R\$ 10.175 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com o respectivo passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 634/2021 estabeleceu novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela MAPFRE está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

	2021	2020				
Ativos financeiros - <i>rating</i>	AAA	Sem <i>rating</i>	Total	AAA	Sem <i>rating</i>	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	187.657	187.657	172.811	172.811	-	172.811
Caixa/contas a pagar/receber	-	(14)	(14)	26	26	26
Total	187.657	(14)	187.643	172.811	26	172.837

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 11.207 (R\$ 10.175 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com o respectivo passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 634/2021 estabeleceu novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela MAPFRE está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

	2021	2020				
Ativos financeiros - <i>rating</i>	AAA	Sem <i>rating</i>	Total	AAA	Sem <i>rating</i>	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	187.657	187.657	172.811	172.811	-	172.811
Caixa/contas a pagar/receber	-	(14)	(14)	26	26	26
Total	187.657	(14)	187.643	172.811	26	172.837

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 11.207 (R\$ 10.175 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com o respectivo passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 634/2021 estabeleceu novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela MAPFRE está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk* - VaR e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado a carteira da Companhia, utilizando-se de VaR paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

	2021	2020
Fundo Capitalização	VaR	Patrimônio
	0,03	191.879

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM - Asset & Liability Management* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e o fundo que mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,333 anos (1,50 em 31 de dezembro de 2020) frente a um patrimônio de R\$ 191.879 (R\$ 170.029 em 31 de dezembro de 2020) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balançamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i*. Taxa de juros; e *ii*. Cupons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atual, que totaliza R\$ 188.600 (R\$ 174.724 em 31 de dezembro de 2020). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	2021	2020
Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	
Taxa de juros e cupons		
a) Elevação de taxas	(1)	1
b) Redução de taxas	1	(1)

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPo para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro mecanismo de avaliação se reflete a avaliação de *Compliance realizado* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos). A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco

5. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos. Os ativos financeiros classificados a valores justos são contabilizados no ativo circulante e estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

Hierarquia a valor justo	Vencimento				Ativos				Total				
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor curva (F)	Valor Justo (G)	Ajuste ao valor justo (G - F)					
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(G - F)					
Títulos													
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	32.064	53.775	-	(14)	85.825	85.780	85.825	45	85.825	46%	90.822	53%	
Fundos de investimentos	32.064	53.775	-	(14)	85.825	85.780	85.825	45	85.825	100%	90.822	100%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	20.857	53.775	-	-	74.632	74.587	74.632	45	74.632	87%	80.621	89%
Operações compromissadas (*)	2	11.207	-	-	-	11.207	11.207	11.207	-	11.207	13%	10.175	11%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	(14)	(14)	(14)	(14)	-	(14)	0%	26	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	75.670	22.114	-	97.784	102.065	97.784	(4.281)	97.784	52%	75.393	44%	
Carteira administrada	-	75.670	22.114	-	97.784	102.065	97.784	(4.281)	97.784	100%	75.393	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	22.114	-	22.114	24.953	22.114	(2.839)	22.114	23%	26.577	35%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	75.670	-	-	75.670	77.112	75.670	(1.442)	75.670	77%	48.816	65%
Ativos mantidos até o vencimento	-	-	238	3.796	4.034	4.034	4.991	957	4.034	2%	6.622	4%	
Fundos de investimentos	-	-	238	3.796	4.034	4.034	4.991	957	4.034	100%	6.622	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	3.796	-	3.796	3.796	4.755	959	3.796	94%	3.220	49%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	238	-	-	238	238	236	(2)	238	6%	3.402	51%
Total	32.064	129.683	25.910	(14)	187.643	191.879	188.600	(3.279)	187.643	100%	172.837	100%	

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no N

☆ continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

11. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2021	2020
Provisões técnicas	169.999	151.496
Total a ser coberto	169.999	151.496
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	85.825	90.822
Ativos financeiros disponíveis para venda	97.784	75.393
Ativos mantidos até o vencimento	4.991	8.509
Total de aplicações (*)	188.600	174.724
Ativos livres	18.601	23.228

(*) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, art. 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

12. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis	396	187	-	39
Total	396	187	-	39

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	2021		2020	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Fiscais	2	2.534	2	4.165
Provável	1	1.548	-	-
Possível	1	986	2	4.165
Cíveis	28	802	396	665
Provável	9	396	396	10
Possível	19	406	-	187
Total	30	3.336	396	4.830

Cíveis - valores em risco decorrentes de processos judiciais excluídos os que não estejam relacionados às condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados a operação de capitalização). **Fiscais** - a companhia discute na esfera judicial tais contingências, amparada por seus assessores jurídicos e classifica a probabilidade de perda destas ações em "provável", "possível" e "remota", para fins de provisionamento contábil. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC. Para a data base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía registro contábil de contingência vez que não houve avaliação de "provável" para as suas ações judiciais. **CSLL** - A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%, nos termos da Lei nº 13.169/2015, de 6 de outubro de 2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, período no qual manteve o recolhimento nos termos da legislação vigente. Com julgamento desfavorável, aguarda julgamento de Agravo de Despachos Denegatórios de Recursos Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda classificada como provável, a partir de 2021 em razão do julgamento do STF na ADI 5485. Valor em discussão estimado em R\$ 1.548 (R\$ 1.501 em 31 de dezembro de 2020). Não há risco ou valor a ser provisionado, pois recolheu a CSLL sob alíquota de 20%. **PIS/COFINS** - com a revogação do parágrafo 1º, do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, por meio da Lei nº 11.941/2009, de 27 de maio de 2009, a companhia passou a considerar para a apuração destes tributos apenas as receitas de quota de carregamento de título de capitalização. Com a edição da Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, entende que não se alterou a base de cálculo aplicável, o que, no entanto, discute judicialmente, para que se mantenha restrita a incidência apenas sobre quotas de carregamento. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível, no montante de R\$ 986 (R\$ 2.664 em 31 de dezembro de 2020).

c) Movimentação:

	2021	2020
Saldo inicial	187	69
Constituições/Reversões	326	153
Pagamentos	(143)	(49)
Atualização monetária	26	14
Saldo final	396	187

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 (R\$ 12.000 em 31 de dezembro de 2020), e está representada por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal (12.000.000 ações em 31 de dezembro de 2020). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, será transferida à conta de reserva de investimentos. **d) Ajustes de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda. **e) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.564	(178)
Constituição da reserva legal (5%)	(178)	-
Lucro líquido ajustado	3.386	178
Dividendos mínimos obrigatórios	847	847
Total dos dividendos distribuídos sobre o lucro do exercício	847	847
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%	25%
Total de dividendos a distribuir	847	847
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	12.000.000	-
Dividendos distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	0,07	-

14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2021	2020
a) Arrecadação com títulos de capitalização	208.716	168.293
Incentivo	69.846	51.903
Tradicional	145.129	129.322
Filantrópia	204	60
Cancelamentos de títulos de capitalização	(6.463)	(12.992)
b) Variação das provisões para resgate	(167.335)	(141.881)
Constituição de provisão matemática	(173.042)	(150.907)
Cancelamentos de provisão matemática	5.707	9.026
c) Variação das provisões técnicas	58	(455)
Provisão administrativa	98	(302)
Provisão para distribuição de bônus	(31)	(13)
Provisão complementar de sorteios	(27)	(359)
Outras provisões	18	219
d) Resultado com sorteio	(22.270)	(11.317)
Variação da provisão de sorteios a realizar	(244)	191
Variação da provisão de sorteios a pagar	(22.476)	(11.508)
e) Custos de aquisição	(5.338)	(6.523)
Comissões	(4.634)	(4.887)
Outros custos	(704)	(1.636)
f) Despesas administrativas	(10.200)	(9.440)
Pessoal próprio	(3.941)	(3.764)
Serviços de terceiros	(3.260)	(2.074)
Localização e funcionamento	(195)	(188)
Depreciações e amortizações	(50)	(50)
Despesas com publicidade e publicações	(14)	(5)
Despesas administrativas diversas	(459)	(263)
Compartilhamento de despesas	(2.291)	(3.096)
g) Despesas com tributos	(1.312)	(1.103)
COFINS	(826)	(619)
PIS	(134)	(101)
Taxa de fiscalização	(293)	(280)
Outros	(59)	(103)
h) Resultado financeiro	2.402	190
Recitas financeiras	11.284	7.425
Juros sobre os ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	4.622	4.685
Juros sobre os ativos financeiros disponíveis para venda	6.031	4.235
Juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento	591	(1.497)
Outras receitas financeiras eventuais	40	2
Despesas financeiras	(8.882)	(7.235)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(8.767)	(6.114)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(26)	(14)
Outras despesas financeiras	(89)	(1.107)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos e após participações	5.995	5.995	(1.699)	(1.699)
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas vigentes	(1.475)	(900)	425	255
Efeito do aumento da alíquota da CS	-	(150)	-	-
Diferenças temporárias	(16)	(10)	(32)	(19)
Diferenças permanentes	(29)	(18)	(22)	(13)
Deduções incentivadas	48	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	370	224	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.102)	(854)	371	223
Constituição/reversão créditos tributários	(355)	(213)	32	19
Ajustes relativos ao exercício corrente	-	-	(6)	-
Ajuste de exercícios anteriores	52	41	-	-
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(1.405)	(1.026)	397	242
Alíquota efetiva (%)	23%	17%	23%	14%

b) Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar:

	2020	Constituições	Reversões	2021
Ativo	1.447	155	(103)	1.499
Tributos a compensar	1.447	155	(103)	1.499
Tributos retidos na fonte	2.063	2.203	(2.069)	2.197
Total ativo circulante	3.510	2.358	(2.172)	3.696
Ativo e passivo				
Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	75	127	(44)	158
Provisão para participação nos lucros	115	76	(133)	58
Prejuízo fiscal e base negativa	594	379	(973)	-
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(1.123)	3.309	(474)	1.712
Total ativo e passivo não circulante	(339)	3.891	(1.624)	1.928

	2019	Constituições	Reversões	2020
Ativo				
Tributos a compensar	1.028	452	(33)	1.447
Tributos retidos na fonte	586	2.156	(679)	2.063
Total ativo circulante	1.614	2.608	(712)	3.510
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	27	98	(50)	75
Provisão para participação nos lucros	112	118	(115)	115
Prejuízo fiscal e base negativa	-	594	-	594
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(1.037)	564	(650)	(1.123)
Total passivo não circulante	(898)	1.374	(815)	(339)

16. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, da MAPFRE Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no período totalizaram R\$ 32 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2020).

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Re-Des-celtas	Ativo	Passivo	Re-Des-pesas
MAC Investimentos S.A. (1) Empresa ligada	-	-	37	10	-	-
MAPFRE Assistência Empresa ligada	1	17	155	(76)	-	6
MAPFRE Brasil Acionista	-	-	-	-	-	-
Participações S.A. (1) Indireta	85	-	85	(218)	4	-
MAPFRE Previdência Empresa ligada	-	-	62	(103)	-	4
MAPFRE Investimentos Empresa ligada	-	2	1	(4)	-	-
MAPFRE Investimentos e Participações (1) Empresa ligada	-	-	1	-	-	-
MAPFRE Saúde Ltda. (1) Empresa ligada	-	-	3	(38)	-	2
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)(2) Empresa ligada	127	13.369	36.602	(23.564)	578	13.683
MAPFRE Participações Acionista direta	-	847	-	-	-	-
MAPFRE Vida S.A. (1)(2) Empresa ligada	195	614	6.283	(3.903)	165	733
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. Empresa ligada	-	6	10	(88)	41	-
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1) Empresa ligada	-	-	-	(1)	-	-
MAPFRE TECH Empresa ligada	-	-	-	(44)	-	-
Total	408	14.855	43.239	(28.039)	798	14.428

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. (2) Refere-se a venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. (3) Refere-se à distribuição de dividendos.

MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes à MAPFRE Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A pandemia e seus impactos

A Covid-19 trouxe uma fonte de incertezas à atividade econômica global com consequências diretas a pessoas e empresas. As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dessas restrições dificultem a quantificação e período desses impactos, indicadores econômicos já demonstram enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações. Seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais, o Grupo MAPFRE estabeleceu como pilares de atuação:

a) Bem-estar dos colaboradores

- Trabalho remoto às funções em que o modelo é aplicável;
- Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno e vídeos semanais da alta direção da organização, comunicando novidades e medidas internas referentes à Covid-19;
- Plano de retomada de forma gradativa, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários;
- Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por videochamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo coronavírus).

b) Atendimento ao cliente

- Telemedicina: a companhia passou a oferecer consultas a distância como benefício em modalidade de seguro de Vida, além de Orientação Médica por Telefone - OMT;
- Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de Vida, Habitacional e Prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;
- Condições especiais de renovação do seguro Auto, Residencial, Rural, Comércio e Serviços;
- Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24h e suporte complementar, como proteção digital e help desk;
- Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e perícia de automóveis.

c) Manter o funcionamento das operações em condições atípicas

I. Redução do tempo de pagamento às oficinas, além da realização de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;

II. Oferta dos cursos *on-line* gratuitos para prestadores de serviços de assistência para formação e atualização, nas áreas: Oficinas e Funilarias Sustentáveis, Planejamento Estratégico para Empreendedores, Atendimento ao Cliente, *Customer Success* - Como Conquistar e Manter Clientes, Gestão de Pessoas, Criatividade, Inovação.

Desde o início da pandemia, por meio da *Fundação MAPFRE*, foram doados mais de 35 milhões de euros a 30 países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, a medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2020, foram aplicados cerca de R\$ 18 milhões ao enfrentamento da Covid-19, apoiando desde hospitais de campanha e compra de insumos hospitalares para auxílio às populações em situação de vulnerabilidade. Em 2021, uma nova ajuda extraordinária foi aportada, no valor de R\$ 17 milhões, para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); desnutrição e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

Rendas de contribuições e prêmios emitidos

As receitas com rendas de contribuições e prêmios emitidos totalizaram no ano de 2021 R\$ 330,3 milhões, com redução de 3,5% ou R\$ 12,1 milhões em relação ao mesmo período do ano de 2020. Notou-se durante o período de isolamento social, devido à pandemia, um aumento de resgates e redução em novas contratações de planos e nas contribuições recorrentes.

Sinistralidade

A sinistralidade da Companhia em 2021 foi de 11,2% com redução de 16,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no ano de 2021 um prejuízo de (R\$14,7) milhões, piora de R\$ 22,2 milhões em relação a 2020. O resultado de 2021 foi impactado principalmente pelas atualizações monetárias relacionadas a provisões matemáticas decorrentes do aumento nos índices de correções estabelecidos no plano contratado e também pelo forte aumento da curva de juros futuros no período, que refletiu negativamente nos preços dos títulos prefixados e indexados à inflação, IPCA e IGP-M, da carteira da MAPFRE Previdência com esse perfil.

Despesas administrativas e despesas com tributos

As despesas administrativas e as despesas com tributos totalizaram no ano de 2021, R\$ 22,6 milhões, representando um crescimento de 6,5% ou R\$ 1,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado do exercício

O resultado totalizou em 2021 um prejuízo de (R\$ 13,9) milhões, uma piora de R\$ 20,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

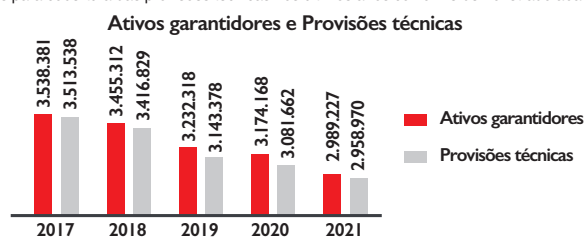
Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações, a MAPFRE

Previdência declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 762 mil e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulamentares, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com índices de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de índices de práticas ilícitas ou irregulares, reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo		2.616.586	2.713.190
Circulante		1.486	62
Disponível	5	1.486	62
Caixa e bancos		1.486	62
Equivalente de caixa	5	279	384
Aplicações	6	2.570.102	2.669.581
Créditos das operações com seguros e resseguros		919	224
Operações com resseguradoras		919	224
Créditos das operações com previdência complementar		739	474
Valores a receber		739	474
Outros créditos operacionais		14.843	13.267
Ativos de resseguro - provisões técnicas		8	2.357
Títulos e créditos a receber		6.931	4.481
Títulos e créditos a receber		6.931	4.481
Créditos tributários e previdenciários	9	420	805
Créditos tributários e previdenciários	22b	6.359	3.021
Outros créditos		152	655
Outros valores e bens		10	10
Outros valores		10	10
Despesas antecipadas		780	780
Custos de aquisição diferidos		10	18.150
Seguros		17.443	18.198
Previdência		707	605
Ativo não circulante		490.590	572.599
Realizável a longo prazo		490.590	572.599
Aplicações	6	419.125	504.074
Outros créditos operacionais		7	27.944
Ativos de resseguro - provisões técnicas		8	1.449
Títulos e créditos a receber		13.244	2.950
Créditos tributários e previdenciários	22b	11.351	—
Depósitos judiciais e fiscais	19a	1.893	2.950
Custos de aquisição diferidos		10	28.531
Seguros		26.871	31.791
Previdência		1.660	1.688
Investimentos		264	264
Imobilizado		13	18
Intangível		20	13
Total do ativo		3.107.176	3.285.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2021	2020
Passivo		206.135	240.685
Circulante		7.395	8.088
Contas a pagar		11	2.231
Obrigações a pagar		4.112	1.774
Impostos e encargos sociais a recolher		741	1.908
Encargos trabalhistas		311	1.998
Impostos e contribuições	12	7.069	7.634
Débitos de operações com seguros e resseguros		8	5.404
Operações com resseguradoras		13	1.665
Corretores de seguros e resseguros		15	454
Débitos de operações com previdência complementar		14	75
Contribuições a restituir		15	75
Operações de repasses	14	454	4.309
Depósitos de terceiros		15	75
Provisões técnicas - seguros		16	101.744
Vida com cobertura por sobrevivência		101.744	119.468
Provisões técnicas - previdência complementar		16	88.642
Planos não bloqueados		15.398	14.003
PGBL		73.244	82.382
Passivo não circulante		2.775.064	2.878.669
Contas a pagar		22b	—
Tributos diferidos		—	5.212
Provisões técnicas - seguros		16	1.275.578
Vida com cobertura por sobrevivência		1.275.578	1.309.872
Provisões técnicas - previdência complementar		16	1.497.567
Planos não bloqueados		287.054	271.175
PGBL		1.210.513	1.292.019
Outros débitos		19a	1.919
Provisões judiciais		19a	1.919
Patrimônio líquido		20	125.977
Capital líquido		156.274	156.274
Reservas de lucros		—	2.343
Ajuste de avaliação patrimonial		(18.725)	7.818
Prejuízo acumulado		(11.572)	—
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.107.176	3.285.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

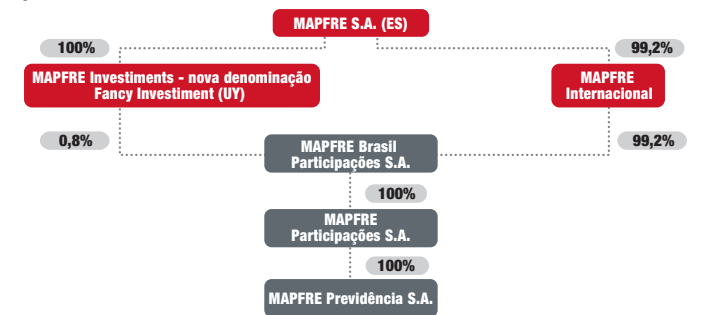
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	116.273	—	—	—	(3.735)	112.538
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	45.071	—	45.071
Outros ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(37.253)	—	(37.253)
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 550 de 28 de setembro de 2020	40.001	—	—	—	—	40.001
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	6.808	6.808
Reserva legal	—	154	—	—	(154)	—
Reserva estatutária	—	—	2.189	—	(2.189)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(730)	(730)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156.274	154	2.189	7.818	166.435	334.860
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	(47.401)	—	(47.401)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	20.858	—	20.858
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(13.915)	(13.915)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	—	(154)	(2.189)	—	2.343	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	156.274	—	—	(18.725)	(11.572)	125.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP CEP 04578-000 e está cadastrada na CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2021, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Circular nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. Todas as informações reais podem divergir dessas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo exercício contábil. • Notas 3e - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3a e 6 - Aplicações financeiras; • Notas 3i, 3k e 16 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; e • Notas 3i e 19 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre Circulante e não Circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Os Fluxos especialmente constituídos de PGBL/VGBL, sob a sua totalidade para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descasamentos no fluxo de caixa. Em função dos títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise de liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. A segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAc entre circulante e não circulante é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos - TAP. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulante, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9): Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Caixa e equivalente de caixa:* incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes derivativo do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das demais categorias. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do



MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas e os valores estimados referentes às ações judiciais. O ajuste de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 48 meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência. A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR, representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data do cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 48 meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data-base de referência. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR, representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 48 meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro. A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros. É calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando despesas diretamente relacionadas à manutenção do pagamento de indenizações e despesa relacionada à sindicância. A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a Companhia ou Entidade Aberta de Previdência - EAPC receptor e aos prêmios e cotizações não cotizadas. **Provisão complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência:** As Provisões Matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência - VGBL e aos planos de previdência da modalidade gerador de benefícios livres - PGBL representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos - FIEs. Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC, é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC representa o valor atual dos compromissos da Companhia para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios sob a forma de renda, considerando a opção de renda e juros garantido determinados no contrato de concessão, e sobretudo do assistido a cada data-base do cálculo. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas e os valores estimados referentes às ações judiciais. O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 48 meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data-base de referência. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR, representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 48 meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro. A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou benefícios, tanto na fase de diferimento, quanto na fase de concessão de benefícios. É calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando despesas diretamente relacionadas à manutenção do pagamento de indenizações e renda mensal. A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a Companhia ou Entidade Aberta de Previdência Complementar - EAPC receptor e aos prêmios recebidos e não cotizados. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de Repartição Simples ou Repartição de Capitais de Cobertura, mensalmente, abrangendo os riscos assumidos e emitidos, e os riscos vigentes e não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos - TAP, de acordo com o item 3k desta nota. **J) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:**

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMStsb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 9%
Individual PGBL/VGBL	BR-EMStsb (male/female)	0%	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMStsb (male/female)	0% a.a.	0%

k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP: A Companhia elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015, de 15 de julho de 2015, e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015, de 30 de julho de 2015, e alterações, a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos custos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas administrativas relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas, excedentes financeiros e outros encargos contratuais relacionados aos contratos. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP (ETTJ). O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Cupons de IPCA, IGP-M e TR - ETTJ SUSEP
Tábua de mortalidade	BR-ems
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGP-M e TR

O resultado do teste de adequação de passivo apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro no montante de R\$ 16,6 milhões, que foi parcialmente compensada com a reserva dos ativos garantidores classificados na categoria "mantidos até o vencimento" passou a ser de R\$ 182 mil. Dessa forma foi necessário registrar uma Provisão Complementar de Cobertura de R\$ 16,4 milhões. **I) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável, ou se o montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando a certeza do ganho e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **m) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Geral de Benefícios Livres - PGBL e Previdência MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios pós-emprego:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, essencialmente, as receitas e despesas com apólices de seguros e contratos de previdência que são reconhecidas no resultado à medida que são incorridos. **o) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment), reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável até 30 de junho de 2021, e de 20% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente é o imposto a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O tributo diferido ativo é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Em relação ao aumento temporário de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 15% para 20% no período de 1º de janeiro de 2021, o efeito sobre o crédito tributário diferido de junho de 2021 foi imaterial, de acordo com o estudo de realização de expectativas do crédito tributário. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **q) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporcionam suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A estrutura de controle e gestão de riscos é planejada e constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento dessas estruturas. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas e defesa, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil incluindo empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir o risco assumidos; b) Segunda linha: composta por áreas que realizam o controle independente em vários estabelecidos; c) Terceira linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo 50 altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no Grupo MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativo e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativo da organização, calculando a eficácia da gestão e a supervisão dos riscos sistêmicos e de crédito, e os controles internos, da gestão, risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de

capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhorias sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os retornos de investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessoria-ló no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculada ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua Independência de atuação e a qualidade e continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, recomendações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Companhia segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente, e realiza testes de consistências e recálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional. O GRUPO MAPFRE define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O GRUPO MAPFRE utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral destes riscos a resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de contribuições/prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro

Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL/FGB	%	TOTAL	%
Centro Oeste	56	0%	4.378	1%	4.434	1%
Nordeste	109	0%	13.647	4%	13.756	4%
Norte	18	0%	1.317	0%	1.335	0%
Sudeste	208.764	63%	78.388	24%	287.152	87%
Sul	14.250	5%	9.324	3%	23.574	8%
Total	223.197	68%	107.054	32%	330.251	100%

2020

Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL/FGB	%	TOTAL	%
Centro Oeste	41	0%	5.732	2%	5.773	2%
Nordeste	135	0%	12.257	3%	12.392	3%
Norte	11	0%	2.414	1%	2.425	1%
Sudeste	219.202	64%	78.576	23%	297.778	87%
Sul	14.992	4%	9.012	3%	24.004	7%
Total	234.381	68%	107.991	32%	342.372	100%

Ativos financeiros - Rating (*)

AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB	BB+	BB-	B	Sem rating	Total
2.320.649	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.320.649
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	822
15.047	5.050	21.297	2.871	934	-	-	-	-	-	-	82.570
75.258	-	-	-	52.433	60.155	-	-	-	1.071	-	50.906
34.995	47.248	1.724	49.814	-	-	-	-	1.741	-	-	34.121
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.835
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.835
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.164)
Total	2.445.949	52.298	23.021	52.685	53.367	60.155	822	1.741	1.071	-	181.268

2020

AAA	AA+	AA	AA-	A+	A-	BBB	BB+	BB-	B	Sem rating	Total
2.436.510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.436.510
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.243
37.848	32.439	34.115	2.784	-	1.282	-	-	766	-	-	109.234
94.933	-	21.385	-	18.216	-	22.288	-	3.683	21.505	-	311.953
104.526	52.657	9.477	44.311	-	-	-	-	1.683	1.660	-	214.314
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.248
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.714
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.248
Total	2.673.823	85.096	65.577	47.095	18.216	1.282	22.288	4.926	6.109	21.505	137.299

(*) Inclui saldo de ações no montante de R\$ 116.850 (R\$ 90.439 em 31 de dezembro de 2020). (**) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 230.864 (R\$ 350.679 em 31 de dezembro de 2020) com lastro em títulos públicos.

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte projeção de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou a conceder. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis dificuldades de atendimento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 634/2021, de 14 de julho de 2021, estabelece novo critério para o Risco de Liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela MAPFRE está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutas de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data-base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções realizadas para Teste de Adequação dos Passivos, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrar. For este com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total
>= 100%	Zona Verde
<100% - 90%	Zona Amarela
<90% - 30%	Zona Vermelha
< 30%	

Provisão a cobrar (a) 706.880
Ativos garantidores (b) 737.319
Fator de risco de liquidez (c) 3,65%
Risco de liquidez (d)=(a)/(c) 25.801
Verde 2.580
Amarelo 15.481
Vermelho 7.740
732.681

Provisão a cobrar + risco de liquidez (e)=(a)+(d) 1,03
Índice de liquidez (b)/(e) 4,638
Suficiência (b)/(e) 4,638

Classificação do nível de liquidez Cumprimento total
A projeção dos passivos é realizada conforme premissas atuariais realistas e considera os fluxos de entradas e saídas brutas de cessão em resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela Companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados. O fluxo de caixa com o perfil do passivo aponta quais são os ativos disponíveis no mercado que melhor adequam à situação futura do passivo em termos de taxa, índice e volume financeiro. Sendo preferida a seleção de ativos e instrumentos financeiros de alta liquidez, que tenham vínculo com os indexadores dos Planos de Previdência ou que tenham algum grau de correlação ou que cubram os passivos identificados e que sejam elegíveis pela política de investimentos vigente e sempre registrados no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Não obstante a Companhia apresentar aparente liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, até 1 ano e de 1 a 5 anos, como estratégia, mantêm aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

	2021	2020
Fluxo de ativos (**)	Fluxo de ativos (**)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	118.924	162.899
Fluxo de 1 a 5 anos	104.377	220.156
Fluxo acima de 5 anos	496.839	211.801
Total	720.140	594.856

(*) O fluxo de ativos considera as aplicações financeiras. Não foram consideradas as aplicações referentes aos fundos especialmente constituídos PGBL/VGBL. As aplicações classificadas nas categorias disponíveis para venda o valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. (**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas. Não foram consideradas as PMBAC dos produtos PGBL/VGBL e alteraram a avaliação de ALM da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de stress, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos da Companhia, não foram considerados os fundos de PGBL e VGBL, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR* para o intervalo de 1 dia é de:

	2021	2020
Fundo	VaR	Patrimônio
Previdência (Não contempla os fundos PGBL/VGBL)	12.029	737.139

Líquido de resseguro

Região geográfica	VIDA/VGBL	%	PGBL/FGB	%	TOTAL	%
Centro Oeste	52					

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Patrimônio líquido (a)	125.977
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(264)
Despesas antecipadas	(780)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(141)
Ativos intangíveis	(20)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(46.681)
1. Ajustes contábeis (b)	(47.886)
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	100
Redução realizada no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(100)
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	53
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	45.682
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	45.715
PLA - Nível I (*)	66.881
PLA - Nível II	45.715
PLA - Nível III	11.210
Subtotal PLA - Nível (d)	123.806
Limitador CMR - PLA Nível I	66.881
Limitador CMR - PLA Nível II	26.157
Limitador CMR - PLA Nível III	11.210
Subtotal PLA - Limitador (e)	104.248
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (f = e - d)	(19.558)
4. PLA (Total) = PL + Ajust. Cont. + Ajust. Econ. + Ajust. do Exc. de Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	104.248

5. Capital mínimo requerido	15.000
Capital base (CB)	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	74.733
Capital de risco de subscrição	67.251
Capital de risco de crédito	5.313
Capital de risco operacional	2.371
Capital de risco de mercado	7.495
Correlação entre os riscos	(7.697)
Capital mínimo requerido (h)	74.733
Suficiência de capital (i = g - h)	29.515
Suficiência de capital (ih)	39,5%
Índice de solvência (j = g/h)	1,39
(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 do artigo 56 da Resolução CNSP 432/2021.	

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e bancos	2021	2020
Equivalente de caixa	1.486	52
Total	1.765	446

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título em valores justos. Os ativos financeiros classificados a valores justos são contabilizados no ativo circulante e estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

Hierarquia a valor justo	Vencimento			Ativos				Total				
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor de mercado	2021	2020		
Títulos	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	659.206	1.280.725	488.941	130.525	2.559.407	2.572.285	2.559.407	(12.858)	2.559.407	86%	2.546.377	80%
Fundos de investimentos	115.494	86.902	106.123	(1.202)	307.317	320.175	307.317	(12.858)	307.317	12%	92.547	4%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	6.865	86.266	-	93.131	92.971	93.131	160	93.131	30%	24.964	27%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	-	41.366	49.257	41.366	(7.891)	41.366	13%	-	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	-	39.162	42.563	39.162	(3.401)	39.162	13%	7.526	8%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	25.595	27.296	25.595	(1.701)	25.595	8%	-	0%
Operações compromissadas (*)	2	108.495	-	-	108.495	108.495	108.495	-	108.495	35%	59.123	64%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	134	636	-	770	795	770	(25)	770	0%	2.099	2%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	(1.202)	(1.202)	(1.202)	-	(1.202)	0%	(1.185)	-1%
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	543.722	1.193.823	382.818	131.727	2.252.090	2.252.090	2.252.090	-	2.252.090	88%	2.453.830	96%
Ações	2	-	-	-	116.850	116.850	116.850	-	116.850	5%	90.439	4%
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	822	-	-	822	822	822	-	822	0%	3.243	0%
Debêntures	2	32.910	73.717	21.142	-	127.769	127.769	-	127.769	6%	109.234	4%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	160.056	79.767	-	-	239.823	239.823	-	239.823	11%	311.953	13%
Letras financeiras - LF	1	73.352	91.352	4.939	-	169.643	169.643	-	169.643	8%	214.314	9%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	225.081	750.266	31.531	-	1.006.878	1.006.878	-	1.006.878	45%	963.320	39%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	7.740	1.528	-	-	9.268	9.268	-	9.268	0%	32.384	1%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	27.196	88.097	31.687	-	431.980	431.980	-	431.980	19%	311.315	13%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	-	-	6.205	6.205	-	6.205	0%	91.814	4%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	-	5.606	5.606	-	5.606	0%	25.111	1%
Operações compromissadas (*)	2	16.565	105.804	-	-	122.369	122.369	-	122.369	5%	291.556	12%
Opções de futuro	2	-	-	-	-	3.047	3.047	-	3.047	0%	-	-
Quotas e fundos de investimentos	2	-	-	-	-	13.792	13.792	-	13.792	1%	5.310	0%
Termo tesouro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	938	0%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	-	(1.962)	(1.962)	-	(1.962)	0%	2.899	0%
Ativos disponíveis para venda	10.695	27.647	390.716	-	429.058	430.104	429.058	(1.046)	429.058	14%	625.456	20%
Fundos de investimentos	10.695	27.647	390.716	-	429.058	430.104	429.058	(1.046)	429.058	100%	625.456	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	10.695	6.996	260.912	-	278.603	293.949	(15.346)	278.603	65%	362.104	58%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	129.804	-	129.804	114.958	14.846	129.804	30%	240.286	38%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	20.651	-	-	20.651	21.197	(546)	20.651	5%	23.066	4%
Ativos mantidos até o vencimento	-	45	717	-	762	762	944	182	762	0%	1.822	0%
Fundos de investimentos	-	45	717	-	762	762	944	182	762	100%	1.822	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	717	-	717	717	899	182	717	94%	886	49%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	45	-	45	45	45	-	45	6%	936	51%
Total	669.911	1.308.417	880.374	130.525	2.989.227	3.003.131	2.989.409	(13.722)	2.989.227	86%	3.173.655	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os públicos títulos de renda fixa e privados (debêntures) tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para títulos privados de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, geridos pela MAPFRE Investimentos TDA, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autogestão da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	2021		2020	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	103% CDI	103% CDI	103% CDI	103% CDI
Debêntures	2,54% a.a. + CDI	0,04% a.a. + CDI	1,50% a.a. + CDI	1,12% a.a. + CDI
Debêntures	6,02% + IPCA	6,02% + IPCA	7,77% + IPCA	6,05% + IPCA
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	118% CDI	100% CDI	120% CDI	100% CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	DI + 2,05% a.a.	DI + 1,10% a.a.	DI + 2,05% a.a.	DI + 1,10% a.a.
Letras financeiras - LF	115% CDI	100% CDI	9,27%	8,40%
Letras financeiras - LF	1,75% a.a. + CDI	0,19% a.a. + CDI	108% CDI	100% CDI
Letras financeiras - LF	8,62%	8,40%	1,99% a.a. + CDI	0,43% a.a. + CDI
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	11,56%	3,24%	5,35%	2,85%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	5,86%	0,16%	7,59%	0,84%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	5,51%	4,67%	8,55%	2,41%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	9,19%	6,27%	12,91%	2,26%
Operações compromissadas	9,19%	9,19%	1,88%	1,87%
Títulos da dívida agrária - TDA	9,12%	9,11%	9,25%	8,67%

e) Movimentações das aplicações

	2021		2020	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado - fundos de investimentos	92.547	475.079 (259.499)	-	(810)
Valor justo por meio do resultado - fundos de investimentos especialmente constituídos	2.453.830	300.756 (491.651)	(10.845)	2.252.090
Disponíveis para venda	625.456	(198.100) (76.165)	77.867	429.058
Mantidos até o vencimento (*)	1.822	(875)	(185)	762
Total	3.173.655	775.835 (950.125)	(76.165)	66.027 2.989.227

	2021		2020	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado - fundos de investimentos	35.647	510.536 (480.488)	-	26.852
Valor justo por meio do resultado - fundos de investimentos especialmente constituídos	2.635.241	264.479 (499.381)	(53.491)	2.453.830
Disponíveis para venda	-	44.818 (10.996)	470.022	75.119
Mantidos até o vencimento	470.470	(470.022)	1.374	1.822
Total	3.141.358	819.833 (990.865)	(75.119)	128.210 3.173.655

(*) Os rendimentos dos ativos mantidos até o vencimento apresentam saldo negativo devido à queda na participação da Companhia no fundo de investimento que possui em sua carteira esses ativos financeiros.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	2021	
				Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	134	(13.400)	13.421	-	Abaixo de 360 dias
FUT DI	533	(53.300)	33.739	-	Acima de 360 dias
Total	667	(66.700)	47.160	-	-

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	2020	
				Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	312	31.200	(77.866)	4	Abaixo de 360 dias
FUT DI	1.748	(174.823)	173.588	483	Acima de 360 dias
Total	1.436	(143.623)	95.722	487	-

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

O montante de R\$ 14.843 (R\$ 13.267 em 31 de dezembro de 2020) no ativo circulante é composto basicamente por R\$ 10.326 (R\$ 6.683 em 31 de dezembro de 2020) referente a resgates em trânsito em processo de identificação, R\$ 3.015 (R\$ 5.132 em 31 de dezembro de 2020) referente a taxa de gestão de fundos e R\$ 1.459 (R\$ 1.414 em 31 de dezembro de 2020) referente a créditos a receber de parceiras dos produtos de previdência. O montante de R\$ 27.944 (R\$ 31.116 em 31 de dezembro de 2020) do ativo não circulante se refere a créditos a receber de parceiras dos produtos de previdência. Os valores do ativo circulante e ativo não circulante a vencer referentes a créditos a receber de parceiras dos produtos de previdência estão demonstrados no aging abaixo:

	2021	2020
Até 1 ano	1.459	1.414
De 1 a 5 anos	5.385	5.563
Acima de 5 anos	22.559	25.553
Total a vencer	29.403	32.530

8. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativo	2021	2020
Provisão de sinistros a liquidar - PSL Vida	2.069	4.758
Provisão de sinistros a liquidar - PSL FGB	135	-
IBNR/IBNeR - Vida	1.453	1.792
IBNR/IBNeR - FGB	149	39
Total	3.806	6.589

→ continuação

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2021				2020			
	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
MAC Investimentos S.A. (1)	2	-	33	-	3	-	-	(31)
MAPFRE Assistência Ltda. (1)/(3)	-	-	54	-	3	-	15	(229)
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	49	-	69	(820)	55	-	241	-
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)	-	-	103	(62)	4	-	99	-
MAPFRE Investimento e Participações S.A. (1)	1	-	8	-	-	-	-	(31)
MAPFRE Investimento Ltda. (1)/(3)	-	7	53	(12)	3	-	24	(122)
MAPFRE Participações S.A. (4)	-	-	-	(730)	-	730	-	-
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (2)	4.155	5.404	2.217	(20.778)	6.813	5.770	9.879	(22.036)
MAPFRE Saúde Ltda. (1)/(3)	-	-	19	(55)	3	-	36	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(3)	73	311	3.024	(3.111)	91	213	595	(5.576)
MAPFRE Vida S.A. (1)	87	-	1.071	(75)	102	-	36	(2.300)
MAPFRE TECH (MADRI-ESPANHA)	-	-	-	(68)	-	-	-	-
MAPFRE TECH Corretora de Seguros Ltda. (1)	2	-	35	-	3	-	1	(44)
Verá Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	-	12	40	(162)	86	-	184	-
Total	4.369	5.734	6.726	(25.873)	7.167	6.713	11.110	(30.369)

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. (2) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas. (3) Refere-se aos planos de previdência dos funcionários registrados nas respectivas empresas. (4) Refere-se à distribuição de dividendos. **a) Remuneração da Administração:** A remuneração e os benefícios da Administração são estabelecidos anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes são pagos por outra Companhia do GRUPO MAPFRE. As receitas com previdência da Administração totalizaram R\$ 1.224 (R\$ 672 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo alcance sobre a Companhia.

DIRETORIA

FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO	DENIA DE MOURA FERNANDO PÉREZ-SERRABONA GARCIA	FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO	RAPHAEL DE LUCA JUNIOR SIMONE PEREIRA NEGRÃO	ROBERTO JUNIOR DE ANTONI
--	---	---	---	---------------------------------

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0	ATUÁRIA	VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817
---	----------------	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Previdência S.A. São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão complementar de cobertura (PCC) e do teste de adequação de passivos (TAP)
Veja as Notas nºs 3(i), 3(k) e 19 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria
A Companhia mantém provisão técnica complementar de cobertura (PCC) relacionada a insuficiência de provisão dos contratos de seguros e previdência complementar, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Para calcular o teste de adequação de passivos e consequentemente mensurar a provisão complementar de cobertura (PCC), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros. Consideramos o cálculo do teste de adequação de passivos e a avaliação da mensuração da provisão complementar de cobertura como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e da provisão complementar de cobertura, (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros, utilizadas na mensuração da PCC e do teste de adequação de passivos, com base em premissas derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na conferência da exatidão matemática da PCC e do teste de adequação de passivos; e - no recálculo da PCC, por meio de utilização de métodos atuariais e

ferramenta estatística. (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios emitidos, contribuições recebidas e benefícios e resgates pagos, utilizadas para mensuração da provisão complementar de cobertura, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis. (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no cálculo do teste de adequação dos passivos e da mensuração da provisão complementar de cobertura, com valores das contribuições, benefícios e resgates, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável, tipo de plano, datas de registro, data de nascimento do participante, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são

elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE Previdência S.A. São Paulo - SP
CNPJ: 04.046.576/0001-40

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes

associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos
No contexto de nossos responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.



Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57

Ricardo Pacheco
MIBA 2.679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes Demonstrativo dos valores sujeitos à auditoria atuarial

	2021
Provisões técnicas	
Provisão de prêmios não ganhos	134
Provisão de sinistros a liquidar	5.534
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.221
Provisão de despesas relacionadas	666
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.762.867
Provisão matemática de benefícios concedidos	166.473
Provisão de excedente financeiro	6.229
Provisão de valores a regularizar	3.971
Provisão complementar de cobertura	16.435
Total de provisões técnicas	2.963.530
Valores redutores da cobertura financeira das provisões técnicas	
Direitos creditórios	-
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	-
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PPNG	-
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PSL	-
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de IBNR	-
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PDR	-
Depósitos judiciais redutores	936
Ativos de resseguro redutores - PREV./DOTAIS/VI/VGBL/PGBL	3.806
Total de valores redutores de provisões técnicas	4.742
Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido	
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	104.248
Capital base (b)	15.000
Capital de risco - subscrição (c)	67.251
Capital de risco - crédito (d)	5.313
Capital de risco - mercado (e)	7.495
Capital de risco - operacional (f)	2.371
Redução por correlação dos riscos (g)	(7.697)
Capital de risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	74.733
Capital mínimo requerido (i) = maior entre (b) e (h)	74.733
Suficiência do PLA (a) - (i)	29.515
Demonstrativo da solvência regulatória	
Ativos garantidores aceitos (a)	2.989.399
Necessidade de coberturas das provisões técnicas (b)	2.958.971
Suficiência / (Insuficiência) de ativos (a - b)	30.428
Suficiência de ativos (%)	101,03%



CUIDADO
EM CADA DETALHE:

HÁ VÁRIAS DÉCADAS, A MAPFRE CUIDA.
De pessoas, de empresas, de patrimônios e de tudo o que for importante. Com o portfólio mais amplo do mercado e proximidade total com os clientes, a MAPFRE continua empenhada em incentivar a cultura do seguro e proteger cada vez mais vidas.

É ASSIM QUE PROTEGEMOS MILHÕES DE PESSOAS

